

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**TENELY CRISTINA FROEHLICH**

**ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS: BUSCANDO  
PERSPECTIVAS E ENCONTRANDO DESAFIOS**

**Bagé  
2016**

**TENELY CRISTINA FROEHLICH**

**ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS: BUSCANDO  
PERSPECTIVAS E ENCONTANDO DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudete da  
Silva Lima Martins

**Bagé  
2016**

**TENELY CRISTINA FROEHLICH**

**ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS: BUSCANDO  
PERSPECTIVAS E ENCONTRANDO DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
Letras e Respectivas Literaturas da  
Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Licenciado em Letras.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 7 de dezembro de 2016.

Banca examinadora:

---

Profª Drª Claudete da Silva Lima Martins

Orientadora

UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Francéli Brizola

UNIPAMPA

---

Prof. Dra. Isabel Teixeira

UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTO**

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudete da Silva Lima Martins pela orientação, paciência e sabedoria, ao conduzir-me neste Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras e Respectivas Literaturas.

A todos os docentes que com seus ensinamentos, contribuíram com meu aprendizado no decorrer do curso.

Aos colegas do curso pela caminhada, pela troca de experiências e cumplicidade nos momentos de vitórias e também nos momentos difíceis da jornada acadêmica.

À minha mãe que sempre me serviu de exemplo na superação de dificuldades sem jamais pensar em desistir por mais difícil que fosse a caminhada e por ter me dado um dos maiores presentes desta vida, minha irmã Estrela.

Às minhas filhas que compreenderam minhas ausências, meus momentos de nervosismo, insegurança e sempre me incentivaram a seguir em frente.

E, principalmente, a Deus por me dar força, saúde e proteção para vencer os desafios e obter novas conquistas.

## RESUMO

Este trabalho tem como temática a inclusão educacional de alunos com Síndrome de Down, propondo a realização de uma análise e reflexão sobre como acontece a aprendizagem de leitura e escrita pelo aluno com Síndrome de Down nas aulas de Língua Portuguesa. A pesquisa foi feita entre os meses de agosto e novembro, por meio de um estudo de caso de uma aluna com Síndrome de Down que estuda no oitavo ano de uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de Dom Pedrito. A proposta principal da referida pesquisa é descobrir como está acontecendo a inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas escolas da rede pública municipal de Dom Pedrito através de entrevistas, observações de aula e aplicação de questionários aos sujeitos da pesquisa, os professores e a mãe da aluna. Para tanto foram realizadas duas entrevistas com professoras dos anos iniciais da aluna, uma entrevista com a professora atual de Língua Portuguesa, além de observações de aulas desta disciplina, uma entrevista com a mãe da aluna, também foi realizada a aplicação de questionários aos professores das outras disciplinas, sendo a metodologia utilizada o estudo de caso, após foi realizada a análise de dados conforme Bardin (1977). Buscou-se observar as estratégias utilizadas pelos professores para a promoção da aprendizagem da aluna com Síndrome de Down. Esta pesquisa também aborda as dificuldades encontradas pelos professores para a realização de suas práticas, bem como as principais carências existentes no trabalho com a inclusão educacional em sala de aula. A pesquisa busca evidenciar as capacidades e habilidades que possui o aluno com Síndrome de Down, embora considerando suas limitações, na tentativa de compreender como acontece o seu processo de ensino aprendizagem, além de tentar mostrar a necessidade de diminuir a distância existente entre o professor e o aluno com necessidades educacionais especiais para que dessa forma, se eliminem as barreiras existentes na escola.

Palavras-Chave: Leitura, Escrita, Síndrome de Down, Inclusão educacional.

## **ABSTRACT**

This work has as its theme the educational inclusion of students with Down Syndrome, proposing the accomplishment of an analysis and reflection on how it happens to the reading and writing learning by the student with Down Syndrome in the classes of Portuguese Language. The research was done between August and November, through a case study of a student with Down Syndrome who studies in the eighth year of a municipal elementary school in the city of Dom Pedrito. The main purpose of this research is to find out how the inclusion of Down Syndrome students in Dom Pedrito's public schools is through interviews, classroom observations and questionnaires to the research subjects, teachers. To do so, two interviews were made with teachers from the initial years of the student, an interview with the current Portuguese Language teacher, besides observations of classes of this discipline, an interview with the student's mother. The questionnaire was also applied to teachers of other disciplines, being the methodology used the case study, after the data analysis was performed according to Bardin (1977). It was sought to observe the strategies used by the teachers to promote the learning of the student with Down Syndrome. This research also addresses the difficulties encountered by teachers in carrying out their practices, as well as the main shortcomings in working with educational inclusion in the classroom. The research seeks to highlight the abilities and abilities that the Down Syndrome student possesses, although considering their limitations, in an attempt to understand how their teaching process happens, in addition to trying to show the need to reduce the distance between teacher and the student with special educational needs so that if the existing barriers in the school are eliminated.

Keywords: Reading, Writing, Down Syndrome, Educational Inclusion.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

CAP – Centro de Apoio Psicopedagógico

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

SD - Síndrome de Down

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Marcos Legais da Inclusão.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 A Síndrome de Down .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 Inclusão escolar .....</b>	<b>23</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 O caso Estrela .....</b>	<b>30</b>
<b>4 DESVENDANDO OS MISTÉRIOS DE UMA ESTRELA .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Formação das professoras .....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 Compreensão sobre Inclusão escolar.....</b>	<b>34</b>
<b>4.3 Interação e socialização .....</b>	<b>36</b>
<b>4.4 Dificuldades no trabalho pedagógico.....</b>	<b>39</b>
<b>4.5 Aprendizagem de leitura e escrita .....</b>	<b>40</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A mágica presença das estrelas!  
(Mário Quintana)

O presente trabalho tem por finalidade investigar o aprendizado de leitura e escrita da criança com Síndrome de Down, tendo por referência a investigação de uma aluna com Síndrome de Down que estuda no oitavo ano de uma escola municipal de ensino fundamental da rede regular do município de Dom Pedrito.

Um dos motivos do interesse sobre esse assunto é que no dia 22 de fevereiro de 2000, nascia “Estrela”, minha irmã, que era esperada com muita ansiedade pela família. Até então nada se falava sobre deficiências ou necessidades especiais, acredito que por isso o médico pediatra da nossa família chegou ao quarto, onde eu estava muito feliz com minha irmã nos braços e disse que não havia gostado nada da “cara” daquela criança, que tinha todas as características de um “mongoloide”.

Os termos usados para tratar sobre a deficiência de “Estrela” eram dois: “mongoloide” e “excepcional”, termos que para o ano de 2000 deveriam estar em desuso, mas eu procurava sempre dizer quando perguntavam sobre sua deficiência, que ela era excepcional, pois pensava no sentido da palavra conforme o dicionário, dando mais valor aos itens 1, 2 e 3 e sempre pensando que suas limitações não eram empecilhos para que tivéssemos uma vida normal, embora os olhares de soslaio confirmassem o preconceito entabulado.

Excepcional (ex.cep.ci:o.nal) adj. 1. Que é incomum; diferente, raro: *caráter excepcional*. 2. Que é notável; extraordinário: *inteligência excepcional*. 3. Que é fruto de privilégio: *atendimento excepcional*. 4. Diz-se de indivíduo com deficiência física ou mental. 5. Pessoa com deficiência física ou mental (BECHARA, 2011, p. 559).

Conforme Sasaki (2002), o termo excepcional foi usado nas décadas de 50, 60 e 70 para designar as pessoas com deficiência intelectual, sendo que a partir de 80 e 90, com o surgimento de estudos a respeito de altas habilidades, o termo passou a referir às pessoas com superdotação ou com altas habilidades, já o termo mongoloide refere-se à pessoa com Síndrome de Down, refletindo o preconceito racial aos habitantes da Mongólia.

*“A noite acendeu as estrelas porque tinha medo da própria escuridão”. (Mario Quintana)*

A questão da inclusão vem sendo muito abordada nos últimos tempos e vem ganhando muita força no campo das pesquisas e estudos em geral. Para os professores torna-se imprescindível o conhecimento a respeito desse tema que se constitui uma realidade premente em sua prática.

Minha irmã nasceu em um tempo em que o assunto da inclusão era pouco tratado, as leis estavam começando a ser implantadas e os tabus e preconceitos afloravam na sociedade. Esse dia ficou marcado como o início de uma nova fase em minha vida, já que precisava aprender sobre minha irmã “mongoloide”. Precisava ajudar a cuidá-la e, pensando em um “mongoloide” doente, conforme o médico e as pessoas do nosso convívio pensavam. Era preciso muita coragem para enfrentar todos os obstáculos que estavam por vir.

Outro aspecto importante para fazer esse estudo é que atuo como professora regente de classe nos anos iniciais da rede regular do município de Dom Pedrito, com isto, eu observo, como professora, a necessidade de estudos e pesquisas para um melhor desempenho profissional no processo inclusivo que anda com passos muito lentos em um tempo que passa muito rápido.

Hoje é possível perceber várias transformações na educação, principalmente quando falamos em inclusão. Porém, frequentemente ela acontece de forma muito superficial, pois as leis dão todo o respaldo de direitos aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas estes, na maioria das vezes, vão para a escola para conviver com os outros sem deficiência e o lugar que deveria ser de aprendizado dá espaço apenas para a socialização, que se firma como um processo de exclusão em que todos os segmentos negligenciam o direito desse aluno no momento em que não oferecem as oportunidades de concretizar o aprendizado para a vida e a conquista da autonomia, que é o que realmente importa para estes alunos já que passaram por tantos percalços no decorrer de suas histórias de vida.

Como sabemos, a Síndrome de Down se trata de uma alteração genética e que a pessoa com a síndrome, apesar de algumas dificuldades e peculiaridades, pode ter uma vida normal e realizar atividades que qualquer outra pessoa sem a Síndrome de

Down realiza. Sendo assim, é de extrema importância a realização dessa investigação.

Como qualquer criança, para ter sucesso na aprendizagem, precisa de atividades que sejam significativas e provoquem desafios instigando-as ao interesse pelo aprender, por isso é papel da escola estimular e incentivar a criança desde cedo com atividades adequadas ao seu ritmo de desenvolvimento. Porém, na maioria das vezes, os direitos elencados pela legislação apresentam-se falhos na escola e em todos os seus segmentos.

Ao tratar sobre a questão da inclusão, cada vez mais se ouve falar do despreparo do professor para lidar com as inúmeras dificuldades que as crianças com necessidades educacionais especiais encontram na sala de aula. A causa de qualquer problema recai sobre o aluno, sobre seus familiares ou sobre o sistema falho e, isto, é frequente nas escolas. Assim, o professor segue propondo sua prática arraigada em métodos tradicionais em um sistema de reprodução de conteúdo, como nos tempos em que os alunos com necessidades educacionais especiais não eram realidade no contexto da escola comum.

Os educadores que atuam no ensino regular declaram suas preocupações com o fracasso escolar e com a democratização do acesso de todos à escola, mas, dificilmente, usam a expressão educação inclusiva, como paradigma das mudanças necessárias (CARVALHO, 2000, p. 51).

Através dessas inúmeras inquietações sobre a questão da inclusão nas escolas é que busco encontrar respostas relevantes a respeito da dificuldade de concretização do trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. Este trabalho teve como objetivo principal analisar quais práticas são realizadas pelo professor para possibilitar a aprendizagem de leitura e escrita de uma aluna com Síndrome de Down, em especial nas aulas de Língua Portuguesa.

Os objetivos específicos para a realização da análise são os seguintes:

- Observar as estratégias utilizadas pelos professores de Língua Portuguesa no trabalho com leitura e escrita.
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e pela aluna com Síndrome de Down para inclusão de alunos com Síndrome de Down.

- Conhecer como acontece a aquisição do conhecimento e apropriação da escrita pelo aluno com Síndrome de Down.

Uma das perspectivas sobre a Educação Inclusiva presente em nossa legislação é que o professor esteja disposto a superar os desafios inerentes a sua profissão, sendo que precisa repensar suas práticas a cada dia, em sala de aula e, a cada ano letivo que se inicia, pois já não se justifica o discurso de que não estão preparados para “lidar” com um aluno com necessidades educacionais especiais incluído em sala de aula, ou seja, reconhecendo-o como um problema. Existe muita dificuldade por parte dos professores de se desapegar dos métodos arraigados em um ensino tradicional que já não interessa a quase ninguém nos dias atuais.

Muitas transformações aconteceram em nossa legislação trazendo a proposta de uma educação inclusiva que contemple as diferenças dos alunos nas escolas de forma que todos possam aprender. Contudo, ainda se observa a inclusão acontecendo lentamente com as crianças apenas inseridas na escola, firmando um processo excludente de aprendizado e oportunidades. Por isso, em minha pesquisa, tenho como base buscar as possibilidades e as práticas pedagógicas de trabalho com leitura e escrita com alunos com Síndrome de Down, em especial, nas aulas de Língua Portuguesa, para tanto foi feito o estudo de caso de “Estrela”. O problema que permeia esse estudo é saber quais práticas pedagógicas de leitura e produção de escrita são realizadas na disciplina de Língua portuguesa com crianças com Síndrome de Down em uma escola pública da rede municipal de ensino da cidade de Dom Pedrito.

Por meio de questionamentos como: Será que as práticas pedagógicas de leitura e escrita possibilitam a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down? São realizadas adaptações ou alterações nas práticas pedagógicas realizadas para possibilitar a participação e aprendizagem de todos os alunos? O ritmo do aluno com Síndrome de Down é respeitado? A partir dessas inquietações, tanto no meio familiar como profissional, embasei meus estudos na busca de respostas que ajudem no desenvolvimento das capacidades dos alunos com Síndrome de Down, pensando em todas as potencialidades que esses alunos têm e podem desenvolver na vida escolar, desde que instigados e incentivados na concretização de um aprendizado que seja significativo para o seu desenvolvimento social e cultural, podendo exercer os mesmos direitos dos que não possuem deficiências.

Como sabemos a aprendizagem de leitura e escrita não acontece da mesma forma com todas as crianças, cada uma tem seu ritmo na construção dos saberes e

isto pode variar de acordo com o meio social, cultural e visão de mundo de cada uma. Ferreiro (1985) afirma que a criança aprende através da relação (interação) com o objeto de conhecimento.

Ferreiro & Teberosky (1985) afirmam que a criança passa por vários níveis ou etapas de desenvolvimento, ela vai gradativamente construindo ideias que vão se modificando à medida que vai aprendendo vai evoluindo na aprendizagem.

Soares (2007) destaca que, na perspectiva de Ferreiro, o docente deve ser capaz de compreender o processo linguístico e psicolinguístico de aprendizagem da língua escrita, compreender que essa está associada ao conhecimento das relações entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico, deve saber também identificar em que estágio do processo de apropriação do sistema a criança se encontra e, a partir daí, conduzi-la ao processo da escrita.

Conforme Geraldi (2010) ensinar não se baseia mais em transmitir e informar os sujeitos, naquele processo em que só quem tem o saber é o professor, mas significa conduzir o processo de forma que o aluno busque possibilidades e construa respostas partindo de perguntas. A escola, em geral, não tem despertado muito no aluno o gosto pela leitura e escrita, ao ingressar na escola, a criança traz consigo o entusiasmo em relação aos professores, colegas e o novo ambiente que a cerca, isso aos poucos vai dando espaço à falta de entusiasmo, onde o que era para ser prazeroso se torna maçante e cansativo para o aluno. Além disso, é comum ouvirmos o repetitivo discurso de que o fracasso na aprendizagem é responsabilidade do aluno, do meio social e cultural em que vive, sendo que nada é feito para que as dificuldades sejam superadas.

Neste trabalho apresento o capítulo Marcos Legais da Educação Inclusiva, que garantem o direito das crianças com necessidades educacionais especiais a frequentarem um ensino universalizado, no qual abordo as principais legislações no percurso da educação inclusiva desde a Constituição de 1988.

O capítulo que segue - A Síndrome de Down - traz a história, características e desenvolvimento das pessoas com a Síndrome de Down.

No último capítulo é abordada a Inclusão Escolar, fazendo uma reflexão sobre suas perspectivas e práticas escolares no contexto atual.

Ao final deste trabalho apresento a análise dos dados coletados e as considerações finais com minhas conclusões a partir da pesquisa realizada.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Marcos Legais da Inclusão**

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) foi o marco inicial para abrir espaço nas instituições escolares à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, trazendo em seu artigo 205 a educação como um direito de todos sem nenhum tipo de discriminação. Isto é: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O Brasil optou pela construção de uma educação universal e equitativa ao concordar e participar da Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, Tailândia, em 1990. Na conferência foi firmado o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem através de um ensino de equidade para todos os grupos sociais, inclusive os excluídos como o caso das crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

O compromisso com a construção de um sistema educacional inclusivo foi reafirmado com a Declaração de Salamanca (ONU, 1994) na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, sendo que ficou estabelecido um plano de ação cujo princípio era que a escola deveria acolher qualquer criança, independente de suas limitações. O intuito era de garantir o direito à educação para todos, oportunizando aos alunos atingir e manter um nível de aprendizagem adequado, levando em consideração que cada criança possui peculiaridades no desenvolvimento das habilidades da aprendizagem. Portanto, cabe aos sistemas de ensino o desafio de buscar uma proposta pedagógica que se adapte às necessidades de cada criança considerando as diferenças, isto é, sendo garantido o acesso e a continuidade do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

Conforme a Declaração de Salamanca (ONU, 1994), a escola precisa ser acolhedora na construção de uma sociedade inclusiva e sem discriminação, a fim de alcançar uma educação para todos, recebendo as orientações necessárias. As formações de professores precisam ser voltadas a atender as necessidades

educacionais especiais presentes nas escolas, aprendendo a adaptar conteúdos e recorrendo aos diversos recursos tecnológicos e pedagógicos necessários para atender diversas aptidões sempre considerando que cada criança é única.

Deve-se pensar no corpo docente como um todo e não em um único professor, pois na inclusão é preciso partilhar as responsabilidades no ensino ministrado ao aluno com necessidades educacionais especiais, assim como com todos os envolvidos.

Os estabelecimentos de ensino precisam ser acolhedores aos alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, para que desfrutem ao máximo de uma aprendizagem que sirva para a vida fora do contexto escolar, ajudando também a família a combater as atitudes discriminatórias e criando uma comunidade acolhedora.

A Declaração de Salamanca (ONU, 1994) foi de fundamental importância para que se instituisse a educação inclusiva no Brasil deixando para trás a visão arcaica de que as pessoas com necessidades educacionais especiais não tinham capacidade de aprendizagem e de convivência nas escolas regulares, pois passa-se a pensar nas escolas especiais somente em casos específicos em que seja apenas para o bem-estar do aluno e também quando a educação na escola regular não satisfaz a sua necessidade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 (BRASIL, 1996) estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, assim como oferece aos educandos com necessidades educacionais especiais a matrícula na rede regular de ensino, trazendo também a proposta do Atendimento Educacional Especializado com professores especializados para esse atendimento. Estas diretrizes asseguram aos alunos currículos e métodos específicos de forma que possa atender as necessidades especiais dos educandos, além de professores capacitados para a integração dos alunos nas classes comuns, com seus objetivos de acordo com aqueles vistos na Declaração de Salamanca.

A Educação Especial, conforme a LDB deve abranger os diversos níveis da Educação Básica e Superior, bem como as demais modalidades da educação escolar como a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Indígena.

No artigo 13, inciso I ao VI da LDB é ressaltado o protagonismo do professor na elaboração do Projeto Pedagógico da escola, zelando pela aprendizagem dos alunos e estabelecendo estratégias para o aprendizado daqueles com maiores dificuldades,

oferecendo condições para a independência, além de colaborar com as atividades que articulam a participação da escola com a família e comunidade, sabe-se então que o papel do professor é imprescindível para que a inclusão aconteça.

Conforme os níveis, etapas e modalidades previstos na LDB (BRASIL, 1996), a Educação Especial precisa propiciar ao aluno o pleno desenvolvimento das suas habilidades e potencialidades mediante um ensino que contemple desde a formulação do Projeto Político Pedagógico até as práticas docentes em sala de aula, com professores aliados no processo de ensino sem fragmentação.

O Decreto 3298/99 (BRASIL, 1999) dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência consolidando as normas de proteção e equiparação de oportunidades, como a viabilidade à educação do Art. 24 ao 29, sendo que a pessoa com deficiência deverá usufruir de todos os direitos sem prejuízo.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) trazem a proposta da educação para todos, que abrange todas as diferenças e todos os alunos têm direito à escolarização.

A educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas (BRASIL, 2001, p. 21-22).

A ampla legislação brasileira contempla aspectos relevantes para a inclusão de pessoas com deficiência. Nos anos 2000, o Decreto 7611/11 (BRASIL, 2011) traz a proposta do atendimento educacional especializado, a fim de que este integre a proposta pedagógica da escola com um conjunto de atividades acessíveis e pedagógicas a fim de complementar ou suplementar a formação dos estudantes.

Art. 3º. São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, s.p.).

Em 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que afirma e garante os direitos de inclusão e igualdade às pessoas com deficiência, reunindo em um documento específico todos os direitos assegurados até o momento a todas as pessoas com algum tipo de deficiência, inclusive o direito à educação.

**Art.27.** A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, s.p.).

Muitas mudanças aconteceram na estrutura do ensino nos últimos anos, e apesar de constar nas leis constitucionais que a pessoa com necessidades educacionais especiais deve usufruir de seus direitos, a escola resistiu muito a essas mudanças. Além disso, ainda hoje se observa uma carência muito elevada de recursos indispensáveis à obtenção de um ensino de qualidade, assim como a falta de profissionais capacitados e a falta de oferta de capacitação a estes profissionais que, na maioria das vezes, ficam sozinhos com turmas superlotadas sem assistência, sendo o único recurso disponível no paradigma da inclusão.

A escola busca ou deveria buscar o acesso a uma educação para todos, ou seja, universal, preparada para receber um público que até o momento era isolada nas classes especiais ou até mesmo sem nenhum contato social que não fosse a família.

No âmbito da Educação Inclusiva a adaptação dos sistemas de ensino, acontece lentamente, assim como as práticas docentes ainda estão arraigadas em métodos tradicionais que fazem com que aconteça o fracasso na educação de forma geral. Portanto, fica claro que a escola deve estabelecer princípios para atender com êxito a diversidade de seus educandos, a fim de erradicar com a desigualdade e injustiça social ainda existente.

O essencial é que a escola deixe de ser o lugar da exclusão e discriminação, para que os alunos não sejam inferiorizados por causa de suas limitações, pois embora tenham as legislações que garantem o direito à inclusão, ainda vemos esse processo andando com passos muito lentos em um horizonte infinito.

## 2.2 A Síndrome de Down

No período da pré-história (RODRIGUES, 2008), os povos eram nômades e viviam em uma cultura primitiva, sobrevivendo de caça e pesca, sujeitos às intempéries e vulneráveis a vários perigos existentes no ambiente em que viviam. Isso dificultava a aceitação de pessoas que não conseguiam se adaptar à rotina da tribo. Essas pessoas não seriam capazes de se defender sozinhas e nem de ir em busca do alimento; como precisavam de alguém que sanasse suas necessidades básicas e, para não atrapalhar a rotina desses povos, as pessoas consideradas incapazes eram abandonadas em lugares perigosos que contribuía para sua morte. Embora não se tenham registros declarados da existência de pessoas com deficiência nesse tempo, existem apenas hipóteses dessa ocorrência.

A exclusão e eliminação de pessoas com deficiência na sociedade foi frequente entre a Idade Antiga e Média. Essas pessoas eram vistas como subumanas ou concebidas como sobrenatural, por isso tinham suas vidas interrompidas ou marcadas pelo isolamento, de modo que, assim, não influenciariam a cultura da sociedade.

Na cultura grega, especialmente na espartana, os indivíduos com deficiências não eram tolerados. A filosofia grega justificava tais atos cometidos contra os deficientes postulando que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies. (...) Na Idade Média, os portadores de deficiências foram considerados como produto da união entre uma mulher e o Demônio (SCHWARTZMAN, 1999, p. 3-4).

No Brasil, a história da Educação Especial foi determinada pelos costumes europeus, pelo menos até o final do século XIX. No século XVII as crianças com algum tipo de deficiência, nascidas em nosso país eram abandonadas nas portas de conventos, igrejas ou nas ruas, com isto acabavam sendo devoradas pelos cães ou morrendo de frio ou sede. A “roda dos expostos” foi criada no início do século XVIII no

Rio de Janeiro e em Salvador, e no início do século XIX, em São Paulo, com isto as crianças eram institucionalizadas e cuidadas pelas religiosas. Mais tarde surgiram os hospitais e os hospícios para o atendimento às pessoas com deficiência mental. A medicina influenciou na educação das pessoas com deficiência até por volta de 1930, já que eram tidas como problema de saúde pública. Com o tempo a medicina cedeu seu lugar à Psicologia e à Pedagogia, assim as pessoas não eram mais mortas, nem abandonadas: o processo de institucionalização continuava.

Nas primeiras décadas do século XX, com a estruturação da República e a influência de movimento da Escola Nova, que tinha a intenção de erradicar as desigualdades sociais e estimular a liberdade individual de cada criança, surgiram os testes que detectavam e identificavam as deficiências das crianças. Assim com esse estudo sobre as diferenças individuais e a proposição do ensino adequado e especializado surgiram as classes especiais que separavam mais uma vez essa clientela da sociedade, contribuindo novamente para sua exclusão social.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) oferecia atendimento aos casos considerados mais graves da deficiência mental. Essas instituições filantrópicas surgiram a partir de 1960 para ajudar na demanda que o sistema público de ensino já não dava conta. Também, nesses mesmos anos, iniciava-se o movimento sobre educação popular, a “educação para todos” que implantou as classes especiais em todas as escolas públicas e assim a sociedade começa a ter um novo olhar, ainda excludente, mas oferecendo algumas oportunidades aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O nome Síndrome de Down (SD) surgiu entre 1864 e 1866 quando o médico inglês John Langdon Down descreveu pela primeira vez, as características de uma criança com a síndrome. O médico observou as crianças com características peculiares, algumas com mães acima dos 35 anos de idade, internadas em um asilo em Surrey, ao sul de Londres, descrevendo as crianças como amáveis e amistosas. Influenciado pela Teoria da evolução de Charles Darwin, o médico assim caracterizou a deficiência como uma raça inferior com características peculiares as dos habitantes da Mongólia, sugerindo ser a síndrome um “estado regressivo da evolução”, daí a origem do termo “mongoloide”, sendo os pacientes considerados como crianças inacabadas. Durante esse período as pessoas com Síndrome de Down eram rejeitadas e mantidas em regime hospitalar em condições precárias. Durante décadas não houve grandes avanços científicos relativos à SD, a igreja católica afirmava que

a ocorrência do “mongolismo” era devido aos comportamentos imorais das mulheres e que o nascimento de uma criança afetada por esse mal correspondia ao castigo divino.

Em 1959, quase cem anos após a descrição de Jown Down, o geneticista francês Jérôme Lejeune descobriu que se tratava de uma anormalidade cromossômica, identificando a presença de um cromossomo extra. Em cada célula existe um total de 46 cromossomos, 23 de origem paterna e 23 de origem materna, as pessoas com SD apresentam 47 cromossomos em cada célula, este cromossomo extra localiza-se no par 21, por isso, a síndrome pode ser chamada de Trissomia do cromossomo 21.

A criança com Síndrome de Down geralmente apresenta várias características físicas semelhantes. Isto é:

Os olhos apresentam-se com pálpebras estreitas e levemente oblíquas, com prega de pele no canto interno (prega epicântica); a íris frequentemente apresenta pequenas manchas brancas (manchas de Brushfield); a cabeça geralmente é menor e a parte posterior levemente achatada; a moleira pode ser maior e demorar mais para se fechar; a boca é pequena e muitas vezes se mantém aberta com a língua projetando-se para fora; as mãos são curtas e largas e, às vezes, nas palmas das mãos há uma única linha transversal, de lado a lado, ao invés de duas; a musculatura de maneira geral é mais flácida (hipotonia muscular); as orelhas são geralmente pequenas e de implantação baixa; os dedos dos pés comumente são curtos e na maioria das crianças há um espaço grande entre o dedão e o segundo dedo; muitas têm o pé chato (BRASIL, 2008, p. 31).

Schwartzman (1999) propõe que a Síndrome de Down pode ser causada por três tipos de comprometimento:

**-Trissomia simples:** no cariótipo vê-se a trissomia, os dois cromossomos (da mãe e do pai) formando o par 21 e o terceiro extra, causador da síndrome. A trissomia simples é responsável por cerca de 96% dos casos.

**-Trissomia por translocação:** acontece em cerca de 3% de crianças. Na translocação o número de cromossomos nas células é 46, mas o cromossomo 21 extra está montado sobre outro cromossomo par.

**- Mosaicismo:** ocorre em 1% dos casos. São indivíduos que possuem células normais (46 cromossomos) e células trissômicas (47 cromossomos). Neste ocorre um erro em uma das primeiras divisões celulares, apresentando um tipo de quadro em mosaico. Alguns autores relatam que algumas crianças com síndrome de Down do tipo mosaicismo apresentam traços menos acentuados e que seu desempenho intelectual é melhor do que a média para uma criança com a trissomia do par 21.

Independentemente do tipo de comprometimento sempre será o cromossomo 21 o responsável pelos traços físicos específicos e função intelectual limitada. Entretanto não se sabe de que forma os genes do cromossomo extra interferem no desenvolvimento do feto, levando as características físicas e os efeitos nocivos sobre a função cerebral.

Não devemos esquecer, em nenhum momento, das grandes diferenças existentes entre vários indivíduos com SD no que se refere ao próprio potencial genético, características raciais, familiares e culturais, para citar apenas algumas que serão poderosos modificadores e determinantes do comportamento a ser definido como características daquele indivíduo (SCHWARTZMAN, 1999, p. 58).

Para o autor, não tem como determinar o limite de desenvolvimento da criança com SD, embora tenham dificuldades e avanço mais lento, são capazes de atingir os níveis mais elevados de aprendizagem.

O desenvolvimento da criança com SD não resulta somente de fatores biológicos, mas também através das interações com o meio, partindo de estímulos que devem ser iniciados ao nascer, por isso a influência do ambiente em que a criança está inserida, seja ele familiar ou escolar é de grande importância em sua aprendizagem.

Conforme Schwartzman (1999), é possível perceber que a criança com Síndrome de Down não desenvolve estratégias espontâneas para tomar decisões, iniciar uma ação, solucionar problemas e encontrar soluções, além de não elaborar um pensamento abstrato. A idade cronológica é diferente da funcional, por isso não se deve esperar dela uma resposta igual a de uma criança sem a síndrome. Assim, para Schwartzman:

O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente (SCHWARTZMAN, 1999, p. 246).

Como a criança com SD não possui autonomia para resolver situações do cotidiano, necessita de constante acompanhamento para que consiga se desenvolver e construir a aprendizagem. Isto é, por causa desses comprometimentos, que podem

acontecer até mesmo com crianças sem a SD e que muitas vezes apresentam dificuldades, ou seja, neste caso a aprendizagem se dá em ritmo mais lento.

É através de interações sociais que qualquer indivíduo aprende, com a criança com SD não é diferente, para Vygotsky (1996), o meio mais adequado para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais é a escola comum, mas somente colocar a criança nesse espaço não é suficiente, pois sempre se devem repensar as práticas existentes no contexto escolar, de forma que se possibilite a todos os aprendizes a construção coletiva de conhecimentos, valores, aceitação das diferenças e atitudes.

Durante muito tempo a sociedade postulou a imagem das pessoas com SD como incapazes, fazendo com que tivessem privações sobre experiências fundamentais para o seu desenvolvimento, hoje fica comprovado que a criança pode atingir os mais elevados níveis de desenvolvimento, desde que estimulada precocemente.

Ao pensar em pessoas com necessidades educacionais especiais, mais especificamente as com SD, um dos aspectos mais importantes para a garantia dos direitos humanos é a inclusão. É por meio de uma educação eficaz que o sujeito vai aprender e compreender o mundo que o cerca, vivendo com dignidade desenvolvendo-se profissionalmente e comunicando-se com os demais.

### **2.3 Inclusão escolar**

Seres programados para aprender e que necessitam do *amanhã* como o peixe da água, mulheres e homens se tornam seres “roubados” se se-lhes nega a condição de partícipes da produção do amanhã. Todo amanhã, porém, sobre que se pensa e para cuja realização se luta implica necessariamente o sonho e a utopia. Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho de criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização (FREIRE, 2001, p. 85).

A Inclusão Escolar ainda é vista como uma utopia, é lastimável que essa utopia seja tida como algo impossível que, às vezes dá certo.

Para que o ser humano se constitua na sociedade é necessário que exista o sonho, a utopia, o projeto. Por isso cabe aqui refletir sobre a Educação Inclusiva nas escolas e as práticas de ensino nelas existentes levando em conta o pessimismo e a

acomodação por parte de seus segmentos, que se mostram como algumas das maiores barreiras da Educação Inclusiva.

As principais barreiras presentes na escola em geral ainda são as atitudinais, pois na maioria das vezes o aluno com necessidade educacional especial é visto como alguém que tem restrições e não habilidades, estas barreiras criadas pela sociedade precisam ser rompidas, sendo a escola o lugar onde se deve investir na construção de atitudes positivas frente à diversidade humana.

É comum ouvirmos o professor atribuir a culpa do fracasso na aprendizagem ao aluno, sempre se avalia o que ele aprendeu e o que ele não sabe, poucas vezes ou nunca se analisa o que e como a escola ensina. Para Mantoan:

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são grandes barreiras a serem enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar, uma vez que inibem inovações para a educação de alunos em geral. Estamos diante de avanços, mas também de muitos impasses da legislação (MANTOAN, 2006, p.26).

Ao pensar no contexto escolar podemos ter uma ideia da grande dificuldade diante da inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, pois a escola ainda está presa ao ensino tradicional sem levar em consideração a diversidade existente dentro dela, pois conforme Mantoan (2006), incluir é ensinar a todos os alunos sem distinção e sem deixar ninguém de fora do contexto da escola comum.

Ainda para Mantoan (2006, p. 29) “os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis”, eles existem e provêm dos mais variados contextos culturais e sociais, têm suas aspirações, desejos e costumes. Com isto, pensa-se que as diferenças devem se articular e assim o talento de cada um se sobressaia, para isto é necessário que o professor reveja suas práticas aperfeiçoando-as, reconhecendo as especificidades dos alunos, só assim a educação ficará atualizada, pois o poder da mudança está nas mãos dos que fazem.

O aluno com necessidades educacionais especiais precisa ser visto como alguém que tem potencial e pode desenvolver-se sem diferença dos demais. As dificuldades ou limitações não podem restringir o processo de ensino, elas devem ser reconhecidas a fim de buscar solucioná-las.

Além disso, Carvalho (2000), corrobora que:

A aprendizagem é, portanto, um processo extremamente complexo e que, para ser examinado criteriosamente, impõe a consideração das inúmeras variáveis (algumas intrínsecas e outras extrínsecas ao aprendiz) que se dinamizam permanente e dialeticamente (CARVALHO, 2000, p. 73).

Com isto, observa-se que a aprendizagem se dá através da condição individual de cada pessoa, com deficiência ou não, pois sempre se deve levar em consideração as diversidades no amplo território que é a escola, só assim serão removidas inúmeras barreiras que dificultam o propósito da educação que é desenvolver as competências e habilidades do aluno para que conquiste a sua autonomia, formando um sujeito apto ao exercício da cidadania.

A inclusão é uma inovação que implica o esforço da escola em reestruturar-se e modernizar-se, assumindo que a dificuldade que o aluno apresenta não é apenas dele, mas como o ensino deve ser ministrado, para que garanta ao mesmo a aprendizagem e superação de suas dificuldades, assim as condições excludentes atuais serão mudadas.

Conforme Beyer (2005), o professor não pode atender a todos os alunos usando os mesmos procedimentos numa aula homogênea. Na proposta inclusiva os alunos devem receber ajuda diferenciada, conforme as possibilidades de cada aluno e suas pluralidades na aprendizagem.

Assim sendo hoje é possível perceber várias transformações na educação, principalmente quando falamos em inclusão. Porém, frequentemente ela acontece de forma muito superficial, pois as leis dão todo o respaldo de direitos aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas estes, na maioria das vezes vão para a escola para conviver com os outros sem deficiência e o lugar que deveria ser de aprendizado dá espaço apenas para a socialização onde se firma um processo de exclusão em que todos os segmentos negligenciam o direito do aluno no momento em que não oferecem as oportunidades de concretizar o aprendizado para a vida e a conquista da autonomia, ou seja, que é o que realmente importa para estes alunos que já passaram por tantos percalços no decorrer de suas histórias de vida.

Conforme Mantoan (2006), existe a necessidade de recriar o modelo educacional vigente, pois não existe possibilidade de se implantar um projeto novo, nesse caso o da inclusão, em uma concepção escolar antiga e impregnada com métodos tradicionais. Assim, Mantoan acredita que:

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos que efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao que e ao como ensinamos aos nossos alunos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sejam éticos, justos e consigam reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo diz respeito ao que entendemos como qualidade de ensino. (MANTOAN, 2006, p. 44)

Assim, é possível observar que a inclusão nas escolas ainda apresenta muitas carências que recaem sobre o professor, sendo que este, algumas vezes, não demonstra disposição a novos desafios, novos projetos, novas utopias, pois é disto que depende o sucesso ou o fracasso do trabalho docente na inclusão escolar.

Carvalho (2007) diz que para se obter sucesso na educação inclusiva é necessário que se eliminem as barreiras criadas no contexto escolar, por isso é necessário que se pare de pensar que o aluno é o único responsável pelo seu fracasso na escola, além disso, é preciso que sejam criadas condições para que esse aluno supere suas dificuldades. Outro aspecto importante abordado pela autora é que as barreiras não estão apenas nos alunos, mas sim em todos os segmentos do sistema educativo.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa segue a abordagem qualitativa conforme as teorias de Lüdke e André (1986). O foco principal foi investigar as práticas pedagógicas voltadas à aquisição da leitura e da escrita para o aluno com Síndrome de Down, realizadas nas aulas de Língua Portuguesa em que está incluída uma adolescente com Síndrome de Down. Portanto, foi enfatizada a observação do trabalho de leitura e escrita, destacando o contexto e o processo que permite a apropriação de aprendizagem por parte da aluna.

A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2016, por meio de um estudo de caso. Para as autoras Lüdke e André (1986, p.13), neste tipo de pesquisa, o pesquisador estuda um único caso em particular, “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”, tendo como finalidade retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total.

O estudo de caso apresenta as seguintes características conforme as autoras:

- 1 – Os estudos de caso visam à descoberta.
- 2 – Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’.
- 3 – Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
- 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
- 5 – Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
- 6 – Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
- 7 – Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 18-20).

Sendo assim, utilizo o estudo de caso tendo como objeto de minha pesquisa uma adolescente de dezesseis anos, com Síndrome de Down, que estuda em uma escola da rede regular do município de Dom Pedrito e está frequentando o oitavo ano dessa escola. Os instrumentos de pesquisa foram observações na sala de aula, aplicação de questionários e entrevistas gravadas em áudio, com um total de nove professoras e também a mãe da adolescente, sendo elas os sujeitos de minha pesquisa.

A entrevista é um encontro de duas pessoas, no qual uma delas obtém as informações relevantes de um determinado assunto, com uma conversa de natureza

profissional sendo utilizado para uma investigação profissional para a coleta de dados ou no tratamento de um problema social.

Para Good e Hatt (1969, s.p.), a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação”.

Desta forma, uma das entrevistas foi realizada com a professora de Língua Portuguesa, sendo que também foram observadas duas aulas ministradas por esta.

Também foram realizadas entrevistas com duas professoras da “Estrela” de anos anteriores, a fim de saber como se dava o trabalho realizado por elas para a apropriação da leitura e escrita, assim como quais dificuldades eram observadas nesse trabalho.

Foi feita uma entrevista com a mãe da menina buscando resgatar a sua trajetória escolar até os dias atuais, evidenciando seus avanços e suas limitações na perspectiva da família.

Os questionários foram aplicados aos professores das demais disciplinas, em que seis professores responderam e somente a professora de Educação Física não participou. Esses questionários apresentavam questões de múltipla escolha, sendo que algumas questões eram abertas a opiniões e explicações.

Através das observações feitas em sala de aula, foi analisado o trabalho realizado pela professora com a turma a fim de saber se a aluna participa e interage nas propostas da aula de Língua Portuguesa.

Nas observações e entrevista com a professora de Língua Portuguesa foram observadas as estratégias utilizadas por esta para garantir a aprendizagem da aluna, assim como o seu ritmo de aprendizagem é respeitado, isto é, analisando se existe a necessidade de planejamento adaptado. As observações e entrevista tiveram a finalidade de coletar dados que trouxessem à tona os métodos utilizados pela professora, bem como descobrir se a mesma utiliza propostas com ações inclusivas em suas aulas.

Foi observado também o relacionamento da aluna com os colegas, professores e demais segmentos da escola a fim de descobrir se ela participa da vida escolar.

A partir dos dados coletados foi realizada a análise de conteúdo conforme Bardin (1977), que consiste em um método para investigação de um objeto, em que se realiza a pré-análise, a exploração do material, a inferência e a interpretação de resultados.

Para me referir à adolescente neste trabalho faço o uso do pseudônimo “Estrela” a partir do poema “Das Utopias” de Mário Quintana (2012, p.66), o qual consta na introdução deste trabalho.

Faço alusão ao distanciamento existente entre nós, seres humanos e as estrelas, conforme o poema. Criei essa analogia para mostrar o distanciamento existente muitas vezes entre o professor e o seu aluno com necessidade educacional especial no trabalho em sala de aula.

Para a realização da análise, uso as letras X e Y a fim de nomear as professoras dos anos iniciais, respectivamente, 2º e 3º ano. Para me referir à professora de Língua Portuguesa, uso as letras LP, para fazer referência às demais professoras que responderam os questionários uso as letras A, B, C, D, E e F.

Em relação à formação e atuação das professoras que responderam os questionários, obtive os seguintes resultados:

Quadro 1: Formação e atuação

Professora:	Formação:	Disciplina em que atua:
A	Pedagogia	Geografia e História
B	Licenciatura e pós-graduação em Matemática	Matemática
C	Artes Plásticas	Arte
D	Letras	Cidadania
E	Artes	Religião
F	Biologia	Ciências

Fonte: A autora, 2016.

Para a análise dos dados coletados foram criadas as seguintes categorias: formação das professoras, compreensão sobre inclusão escolar, interação e socialização, dificuldades no trabalho pedagógico e aprendizagem de leitura e escrita.

### 3.1 O Caso Estrela

“Estrela”, a protagonista deste estudo, nasceu em uma família que tinha pouco ou nenhum conhecimento sobre a Síndrome de Down. Com alguns meses de vida “Estrela” foi à capital para consultar com um médico cardiologista a fim de testar seu coraçãozinho, já que o maior medo por parte da família era que tivesse algum problema, mas voltou de lá com o diagnóstico de que seu coração era muito saudável e apto a diversas aventuras.

A família sempre buscava realizar atividades com a “Estrela” fazendo com que ela participasse de tudo, sempre respeitando seu ritmo. Assim como também, era corrigida como as demais crianças. Ao colocar a língua flácida para fora da boca, lhe era dito de imediato: “guarda a língua”, em uma brincadeira de que a língua precisava ficar dentro da casinha, que era a boca. Pronto, tínhamos um excepcional que não ficava de boca aberta com a língua para fora e que por isso não babava também.

O tempo foi passando e o desenvolvimento de “Estrela” acontecia, pois não havia doença, e de fato, nada tinha, era saudável, por que deveria ser o contrário? “Estrela” cresceu e precisava frequentar a escola regular, porque para a alegria de “todos”, as classes especiais estavam em extinção. Digo aqui alegria de “todos” porque sabemos que as classes especiais, muitas vezes, foram lugares de isolamento e de pouco proveito para as crianças com deficiência, onde elas não podiam conviver com a sociedade em geral, pois viviam enclausuradas e eram frequentemente tratadas como incapazes. Sabemos também que o término das classes especiais aconteceu com muita resistência por parte da escola e seus segmentos, houve um longo percurso de adaptação para a inclusão desses alunos, sendo que até hoje ainda existem muitos desafios na busca da escola para todos.

Como morava no campo, a 42 quilômetros da sede do município de Dom Pedrito, “Estrela” não tinha como frequentar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), assim só tinha acompanhamento e estímulos por parte da sua família. Conforme já foi dito, as classes especiais estavam em extinção, por isso quando “Estrela” completou 6 anos, não foi preciso partir do campo para a cidade para dar início aos estudos, pois “Estrela” foi matriculada na escola rural de 1ª a 5ª série na época, a qual tinha a mãe como professora. Isto foi avaliado pela mãe como um fracasso, pois a mesma concluiu que não tinha preparo para ensinar a “Estrela”,

sempre tentando fazer com a mesma o planejamento usado com os outros alunos. Surgiram os obstáculos, pois “Estrela” era agressiva, empurrava os coleguinhas, espetava lápis, brigava com a professora/mãe, os pais dos seus colegas “normais” reclamavam, enfim, a presença de “Estrela” na escola se transformou em um problema.

“Estrela” mostrava-se imatura para alfabetizar-se. Ela só queria ficar em casa brincando, assistir seus desenhos animados na televisão ou se fosse à escola, queria brincar, perturbar, provocar, fazer qualquer coisa que não fosse ler o alfabeto.

Assim, a mãe teve dois anos tentando ensinar “Estrela” a ler e escrever e, sem nenhum êxito, resolveu partir do campo para a cidade em busca da escola que ensinasse “Estrela”. O primeiro caminho era frequentar a APAE, o que “Estrela” não quis, porém na escola da rede pública municipal foi tranquilo, somente para ela, pois todos os problemas que tinha na pequena escola do campo vieram junto com “Estrela” para a grande escola da cidade, onde ela foi frequentar o segundo ano em sala de aula comum. Sua professora na escola urbana sempre buscava caminhos e estratégias para alfabetizar “Estrela”. Os problemas eram muitos, pois no ambiente escolar só existia a boa vontade e as estratégias da professora que dizia que com a “Estrela” “tinha que saber negociar” e com essa professora ela aprendeu muito, pois as duas eram cúmplices e sabiam “negociar” a aprendizagem.

Os anos foram passando e “Estrela” surpreendeu a todos, inclusive minha mãe, professora, que dizia que a “Estrela” nunca ia se alfabetizar; aprendeu a ler, escrever e argumentar. E essas aprendizagens se davam embora houvesse percalços entre Escola e “Estrela”. Diversas vezes “Estrela” fugia das regras cuspiendo, gritando ou agredindo alguém quando contrariada, mas os problemas se agravavam, já que o despreparo dos professores para o trabalho de inclusão com a criança com necessidades educacionais especiais da escola em geral ainda persistia.

É possível observar que o desenvolvimento de “Estrela” acontece e que ela é capaz de evoluir na aprendizagem, desde que motivada a isto, gostava de ser notada e de participar de tudo que qualquer pessoa participa porque foi ensinada pela família assim; do contrário, ficava agitada e já partia para as brigas e as agressões, por isso virou o problema da escola, que chegou a solicitar que a mãe da menina buscasse ajuda com um médico neurologista para que tomasse medicamentos e também fizesse atendimento psicológico, assim dopada, não causaria tantos problemas.

Lá se foi a mãe de “Estrela” para o neurologista que receitou como tratamento que a menina tivesse um animalzinho de estimação, pois precisava se manter ativa. Receitou, também, um remédio controlado como calmante, porém achamos melhor que “Estrela” tomasse apenas um frasco. A psicóloga atendeu “Estrela” algumas vezes e disse não haver mais necessidade porque ela era assim mesmo e não estava passando por nenhum trauma.

Quando “Estrela” começou o quarto ano e já vinha com uma história bastante conturbada em sua escola, sua mãe resolveu procurar os direitos assegurados pela lei, a fim de buscar uma tutora que a acompanhasse, já que os professores e os demais segmentos da escola achavam que a menina era muito agitada, causava transtornos na sala de aula e atrapalhava o andamento do resto da turma, então a mãe entrou com uma ação no Ministério Público pedindo a tutora para a “Estrela”, sendo que o processo transcorre até hoje e não se teve nenhuma resposta sobre o caso.

Como a mãe tinha sido avisada e sabia sobre a demora por parte dessa demanda, resolveu pedir à escola uma autorização para colocar uma tutora particular para acompanhar “Estrela”, nesse caso providenciada pela família, o que de imediato foi aprovado pela escola sem nenhum problema.

“Estrela”, a partir daí, conseguiu a tão sonhada acompanhante, não por ela, mas pela sua escola “inclusiva”, com isto a menina só teve ganhos na aprendizagem, pois tem uma tutora que desempenha a função de professora particular, acompanha, ensina, desenvolvendo com ela todas as atividades que deveriam ser de competência de seus professores.

Acredito que por isso “Estrela” teve capacidade de chegar ao oitavo ano lendo e escrevendo, pois do contrário estaria por vários anos repetindo o mesmo ano, em um fundo de aula isolada, como uma incapaz que não tem condições de nem ao menos conviver com seus colegas.

Atualmente “Estrela”, adolescente de dezesseis anos, já com título de eleitora, cursa o oitavo ano dessa escola. Alguns desafios foram deixados pelo caminho, porém outros continuam, juntamente com os avanços de “Estrela” em sua escolarização. Ela tem inúmeros projetos para sua vida, votar com dezesseis anos, dirigir o carro da irmã com dezoito, estudar na Universidade Federal do Pampa de Bagé, mas ainda não definiu o curso. Assim como ter um filho com vinte e dois anos,

o que se nota, portanto, é que ela tem expectativas como qualquer adolescente desta faixa etária.

Com isto fica comprovado que o trabalho com os alunos com necessidades educacionais especiais está muito à margem e distante de fluir em seu percurso, pois existem muitas carências nas escolas, ficando confirmada a acomodação por parte dos professores e também a dificuldade por parte dos demais segmentos de se desvincular dos métodos antiquados de aprendizagem.

Nossa realidade na educação de maneira geral é marcada pelo fracasso, pois os alunos sem deficiência também demonstram pouco interesse pelas aulas de reprodução de conteúdo e com atividades monótonas, sem nenhuma criatividade, sendo que a culpa do fracasso na aprendizagem sempre recai sobre o próprio aluno, o que não é muito diferente da realidade dos alunos com deficiência.

## **4. DESVENDANDO OS MISTÉRIOS DE UMA ESTRELA**

A análise foi feita a partir das categorias: formação das professoras, compreensão sobre inclusão escolar, interação e socialização, dificuldades no trabalho pedagógico e aprendizagem de leitura e escrita. As categorias derivam dos blocos de entrevistas e questionários realizados com os sujeitos da pesquisa, as professoras e a mãe de “Estrela”, além das observações de aulas de Língua Portuguesa.

### **4.1 Formação das professoras**

Das três professoras entrevistadas, duas nunca participaram de cursos de formação na área da inclusão, sendo que uma manifestou que sempre que tem oportunidade participa; inclusive, neste ano de 2016, está participando do Tertúlias Inclusivas do Pampa, um curso oferecido pela UNIPAMPA a professores que trabalham em sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e como hoje ela trabalha em sala de AEE, está tendo essa oportunidade. Observo com isto, que as professoras nunca participaram de cursos, porém sabemos que o professor tem um papel fundamental na escola, tendo em vista que suas práticas determinam o sucesso ou fracasso escolar. Faz-se necessário, portanto, que deve estar em constante busca e aprendizado para o melhor desempenho de sua função, por isso observa-se a importância das formações continuadas para que professor esteja apto a novos desafios inerentes à profissão.

Mantoan (2006) diz que todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar, sendo que o conhecimento adquirido deve dar ao professor o suporte para entender que cada aluno tem suas peculiaridades, visto que os sistemas de ensino precisam ter compromisso com a formação continuada do professor. Portanto, acredito que é de fundamental importância que os professores tenham formação para trabalhar com a diversidade de seus alunos, em especial quando eles possuem alguma deficiência, como no caso da Síndrome de Down.

### **4.2 Compreensão sobre Inclusão escolar**

Quanto às questões sobre inclusão escolar em relação às professoras entrevistadas, a professora X revela que entende por inclusão a aceitação do outro com suas diferenças, não necessariamente às pessoas com deficiência. Ao pensar sobre a inclusão atualmente, a professora diz que houve muitos acertos, apesar dos erros, mas que vê mais aceitação e abertura por parte dos professores no trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

A professora Y diz que inclusão “é o direito igual para todos, não é o que nós vivemos dentro da escola” e, vê a inclusão escolar deficiente e faltosa, pelo fato de o aluno com necessidades educacionais especiais estar dentro da escola, com um professor sem preparação e formação para esse trabalho, com carência de recursos, materiais e profissionais como atendentes e tutores, pois alguns alunos precisam de acompanhamentos em todos os momentos.

A professora LP respondeu que “inclusão é tratar todos com igualdade, oferecendo as mesmas oportunidades sem pensar nas diferenças” e observa o processo de inclusão escolar acontecendo, mesmo que seja lentamente, diz que a escola e seus segmentos estão no caminho.

Conforme Carvalho (2007), a equidade implica educar de acordo com as diferenças e necessidades de cada indivíduo, sendo associada à igualdade de direitos, por isso penso que o professor não pode oferecer as mesmas oportunidades aos alunos, sem pensar nas diferenças, porém pode sim diversificar o trabalho para que não prejudique a aprendizagem.

Portanto, penso que as professoras têm um entendimento de como deveria ser a inclusão escolar ao pensarem nela como um direito de todos, respeitando as diferenças, o que vem ao encontro com o conceito de Mantoan (2006), em que a escola inclusiva deve abranger todos os alunos fazendo com que aprendam e se desenvolvam em um ambiente sem distinção. Portanto, o conceito de inclusão com que as professoras trabalham está mais relacionado com a inclusão social do que especificamente a inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As professoras A, B, C, D, E e F, caracterizando o processo de inclusão, usaram expressões como “tranquilo”, “tranquilo na maior parte dos dias”, “sem comentários”, “inútil”, o que revela que a maior parte dos professores entende que o processo de

inclusão depende de todos os segmentos e que está acontecendo lentamente, embora tenha havido respostas negativas a respeito ou até mesmo houve a falta delas.

Observo, conforme as respostas das professoras que o processo de inclusão enfrenta dificuldades, pois é visto ainda hoje como “inútil” ou “tranquilo”, o que contradiz a inclusão, conforme as legislações. Como pode o professor que tem alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, como o caso em questão, ter esse pensamento sobre a inclusão?

### **4.3 Interação e socialização**

A professora X diz que quando recebeu “Estrela” sentiu-se insegura e despreparada, não sabia o que fazer, mas aos poucos foi conquistando e fazendo com que confiasse nela, com isto a adolescente foi se adaptando e se acostumando à nova escola. A professora conta que aprendeu muito com “Estrela” e que ela foi sua primeira aluna com necessidades educacionais especiais. Aprendeu inclusive a respeitar mais os outros, com suas diferenças.

Geralmente, quando o assunto é a inclusão, é comum ouvirmos do professor o discurso de que não está preparado para ter alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, mas nunca se ouve dizer que querem aprender ou que querem se desacomodar para enfrentar cada novo desafio.

Quanto ao relacionamento com os colegas, a professora revela que “Estrela” se envolvia em atritos, muitas vezes a adolescente mostrava-se agressiva com os colegas, porém a professora defende o seu comportamento dizendo que por ser maior que os outros colegas, muitas vezes ia dar um abraço, por exemplo, e apertava muito, mas que havia harmonia entre todos na turma. Isto é, nunca houve discriminação e que “Estrela” gostava de participar de todas as atividades juntamente com seus colegas.

Percebe-se a partir da fala da professora, que a mesma se mostrava disposta ao desafio de trabalhar com “Estrela”, mesmo com pouca experiência, ou seja, sem nenhum preparo específico, desta forma, conseguiu com que se adaptasse ao novo ambiente e pode chegar à conclusão de que a aluna tinha capacidade de participar e

interagir com seus colegas. Conforme Mantoan (2006), o professor deve nutrir uma elevada expectativa em relação às capacidades dos alunos, sempre buscando meios para superarem os obstáculos escolares.

Outra situação vivenciada pela professora X juntamente com “Estrela”, é que a adolescente gostava muito de dançar e rebolar, e isto, não era compreendido pela escola, ou seja, via isso como obsceno, feio. Segundo a professora: “eu tinha que explicar para Deus e o mundo que o que a “Estrela” fazia não eram coisas feias, obscenas, que ela estava descobrindo o corpinho dela, adorava dançar, era a expressão corporal, tive que defender ela nesse sentido” (Professora X, entrevista, 2016). A professora conta que usava esse gosto de “Estrela” pela dança, a fim de proporcionar atividades na turma, de maneira que “Estrela” expressasse seu conhecimento, pois fazia o que gostava.

A professora Y conta que “Estrela” muitas vezes era agressiva, não prestava atenção, queria sair da aula e saía, não respeitava regras, mas que foi conquistando-a e que sempre a tratou como qualquer criança, repreendendo quando necessário e, que ela tinha preferência por alguns coleguinhas, com quem tinha mais afinidade, havia dias em que estava mais agitada, mas na maioria das vezes participava e interagia com a turma.

A professora LP diz que a adolescente participava das aulas, no início do ano notava que “Estrela” não gostava muito dela, por ter uma postura séria perante a turma, mas depois foi se acostumando e hoje ela conversa, conta suas histórias e tem um bom relacionamento com a professora. A professora revela também que “Estrela” tem um bom relacionamento com os colegas, participa e interage com a turma e que não encontra dificuldades no trabalho com essa aluna.

Dos seis professores que responderam o questionário, cinco dizem ter um bom relacionamento com a aluna, sendo que um deles manifesta que o relacionamento é regular. Quatro professores consideram o trabalho com “Estrela” satisfatório, dois dizem que o trabalho é considerado regular. Sobre a socialização da aluna, cinco professores dizem que ela participa e interage nas aulas, apenas um diz que “Estrela” não participa.

Observo que a maioria dos professores revela aspectos positivos a respeito da interação e socialização de “Estrela”, mas devemos pensar no que diz Carvalho (2007) que, para que as barreiras da aprendizagem sejam removidas, é necessário que as

estruturas do ensino tradicional sejam modificadas e que a lógica da transmissão de conteúdo seja substituída.

A mãe de “Estrela” conta que nunca teve problemas a respeito de matrículas e aceitação da aluna na escola, sempre foram muito receptivos, mas revela que várias vezes a chamavam na escola porque “Estrela” se envolvia em confusões, brigava, ia para o pátio da escola e as professoras não conseguiam fazer com que a aluna voltasse para a aula; isso somente terminou quando “Estrela” teve consigo a companhia da tutora.

O depoimento da mãe nos traz a percepção da dificuldade que a escola e seus segmentos têm para lidar com situações que fogem de sua rotina, acredito que se “Estrela” não tivesse hoje o acompanhamento da tutora, essa situação ainda se repetiria. Conforme Mantoan (2006), a escola tem uma forma excludente no trato com as diferenças. Mantoan acrescenta ainda que:

Assim é que se estabelecem as categorias de alunos: deficientes, carentes, comportados, inteligentes, hiperativos, agressivos e tantos mais. Por essa classificação é que se perpetuam as injustiças na escola (MANTOAN, 2006, p. 34).

Foram observadas duas aulas de Língua Portuguesa, além da chegada de “Estrela” na escola. Observei que a aluna é muito querida por todos na escola, o porteiro a recebe com muita alegria, brinca com ela, o zelador vem desejar um bom dia, ela chega abraçando todos os professores, a diretora, a vice-diretora, a supervisora, a orientadora, os colegas da turma e até mesmo de outras turmas. Todos os dias são assim, ou seja, tem muito vínculo e afeto entre a aluna e a escola no que se refere a todos os seus segmentos. Quando entrei na sala de aula, ela já queria saber por que eu, sua irmã, estava ali, assim a vice-diretora disse que eu iria observar as aulas de Língua Portuguesa e que se se sentisse incomodada com minha presença era só chamá-la.

Vygotsky (1996) defende que o meio mais adequado para o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down é a escola comum, pois é através da interação social que o aluno aprende e isto tem papel fundamental no desenvolvimento da criança dando a ela subsídios para que ultrapasse suas dificuldades.

É importante pensar que somente a interação dos alunos não é suficiente para que o aluno garanta o sucesso na aprendizagem, a mediação do professor é imprescindível para que esse processo se concretize.

A partir das observações foi possível chegar à conclusão de que a professora tem muita insegurança no trabalho com “Estrela” e também que a aluna muito pouco interage nas suas aulas, sendo que o papel da professora na mediação com a aluna está sendo realizado pela sua tutora.

#### **4.4 Dificuldades no trabalho pedagógico**

Quanto às questões sobre as dificuldades no trabalho pedagógico com a aluna, a professora X revela que a maior dificuldade foi em relação à escrita e, que isso é uma característica dos alunos com Síndrome de Down. Ela diz também que o professor, nessas situações não pode tomar a escrita como prioridade, pois “esses alunos têm muita capacidade intelectual, mas no momento que tu exigir essa coisa de encher caderno, esse aluno vai ficar para trás e não vai conseguir” (Professora X, entrevista, 2016). Além da motricidade, a professora diz que tinha a questão da atenção e concentração, que ela se dispersava com muita facilidade; relatou também que isso não acontece somente com alunos com Síndrome de Down, ou seja, muitos alunos têm essa dificuldade. Outro aspecto importante que a professora destacou é que a aluna era muito estimulada pela família, por isso a aprendizagem de leitura foi mais fácil.

Carvalho (2007) afirma que a inclusão não se constitui em tarefa fácil, mas necessária, pois cabe ao professor estar preparado para se deparar e superar os desafios inerentes a sua profissão.

A professora Y revela que a dificuldade encontrada sempre é até conhecer o aluno, descobrir como trabalhar com esse aluno, mas que não houve grandes dificuldades, quando a professora conseguia sentar com Estrela para realizar as atividades, ela mostrava-se receptiva, sempre se esforçava e conseguia fazer as atividades. A professora conta que quando recebeu a aluna, ouviu da escola “são crianças que tu vais tentar fazer o que tu podes, vai tentar ensinar, incentivar, mas talvez nunca se alfabetizem” (Professora Y, entrevista, 2016). Além disso, a professora diz não concordar com isso, pois “Estrela” gostava de participar, estava sempre chamando a professora a sentar com ela para fazer atividade, quando a

professora explicava sobre algum assunto a aluna prestava atenção, por vezes mostrava-se distraída, mas sempre participava. Em relação à escrita, a professora diz que “Estrela” era muito lenta, o traçado desenhado segurando o lápis muito firme, que ia soletrando e escrevendo a palavra.

Já professora LP diz não haver grandes dificuldades no trabalho com a aluna, “é a questão da escrita mesmo, escreve muito devagar, mas não tem como mudar porque é característica dela isso” (Professora LP, entrevista, 2016). Em relação ao trabalho com a leitura, a professora revela que a aluna fica envergonhada e lê em voz muito baixa, quase inaudível; conta que, em um dia de aula, a tutora de “Estrela” esqueceu os óculos, por isso não enxergava a escrita no quadro para copiar, quando viu que “Estrela” estava ditando para sua tutora tudo que dizia no quadro a fim de que a mesma copiasse. Nesse momento a professora conseguiu avaliar a leitura realizada pela aluna, uma leitura sem cobranças, sem obrigação e fluente. Pode-se concluir, então que, se a tutora nunca esquecesse os óculos, a professora de Língua Portuguesa jamais iria descobrir que “Estrela” sabe ler.

Sobre as dificuldades encontradas em sala de aula, dois professores responderam que não encontram dificuldades no trabalho com a aluna e quatro encontram dificuldades, às vezes.

Em relação à Educação Física, nos iniciais participava porque era no pátio da escola; a partir do 6º ano, as aulas começaram a ser no ginásio da escola, onde “Estrela” tem medo de entrar, por isso no horário de Educação Física vai para o AEE, onde, conforme a mãe, fica realizando algum joguinho e atividades de pintura, que pensa não acrescentar muito em sua aprendizagem e, muitas vezes, ela reluta em ir para a sala de AEE.

#### **4.5 Aprendizagem de leitura e escrita**

A professora X conta que, para alfabetizar “Estrela”, usava joguinhos, recortes de imagens e materiais que chamassem a atenção de Estrela, pois procurava sempre fazer com que participasse das mesmas atividades que os outros alunos, sempre respeitando o seu ritmo, que era mais lento. A professora diz reconhecer que houve muitos erros no trabalho com “Estrela”, ou seja, que poderia ter feito mais, porém tinha pouca experiência, pois tudo era muito novo. Em se tratando de inclusão naquela época, era sozinha, tinha mais dezoito crianças para atender, poucos recursos que a

auxiliassem. O único apoio que teve foi o comprometimento e confiança da família, diz ela que isso foi o que ajudou com que conseguisse avanços na aprendizagem de “Estrela”.

Conforme Mantoan (2006):

O professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele não é um professor palestrante, identificado com a lógica de distribuição do ensino e que pratica a pedagogia unidirecional do “A para B e do A sobre B” como afirmou Paulo Freire, nos idos de 1978, mas aquele que partilha “com” seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula. O ensino expositivo foi banido da sua sala de aula, onde todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores, atitudes. Esse professor explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração(MANTOAN, 2006, p. 40).

É possível perceber que o professor não pode mais se deter em um ensino tradicional, pois deve se apropriar dos conhecimentos que o aluno tem, das expectativas que o aluno traz para a aula, por isso se observa imprescindível que o professor esteja sempre disposto a novos desafios.

A metodologia utilizada com Estrela era a mesma dos outros alunos, porém sempre buscando respeitar o seu ritmo de aprendizagem. Nesse tempo não havia sala de AEE na escola, por isso também não podia contar com esse apoio. As salas de recursos foram regulamentadas nas escolas a partir do decreto 7611/11 (BRASIL, 2011), a professora não tinha como contar com esse suporte, pois quando “Estrela” foi sua aluna, as salas de AEE ainda não eram realidade no contexto escolar.

A professora X revela que “Estrela” precisava de ajuda o tempo todo, se saísse de perto, já se dispersava, ficava conversando e somente retomava a atividade quando a professora voltava. Nas interações em sala de aula, “Estrela” era bastante participativa “ela tinha a opinião própria, compreendia e participava de interações orais, às vezes bem mais que os ditos normais” (Professora X, entrevista, 2016).

A professora X entende que é a escola que tem que se adaptar ao aluno com necessidades educacionais especiais; quando isso acontece, podemos perceber os avanços, o que dialoga com o conceito de Mantoan (2006), quando diz que a escola precisa recriar o novo modelo educacional, esquecendo as concepções antigas em que os alunos eram obrigados a seguir métodos de reprodução de conteúdos. Penso

que o professor deve se aproveitar dos saberes e fazeres de seus alunos, pois só assim, o ensino se torna instigante e prazeroso.

A professora Y revela que utilizava diversos textos, com imagens, em sequência, frases, sempre com uma atenção especial para “Estrela”, pois precisava constantemente que a professora estivesse junto com ela, chamando a sua atenção ao trabalho. A professora pensa que a aprendizagem de leitura de “Estrela” foi semelhante à de outras crianças que têm mais dificuldade, pensando a alfabetização como um processo em que a criança vai construindo e descobrindo, com “Estrela” não foi diferente.

A escrita de “Estrela” era bem soletrada, associando letra ao som respectivo, assim ia construindo sua escrita, sempre com auxílio da professora. Às vezes participava das práticas de leitura e interações orais, outros dias ficava distraída e assim a professora precisava chamar a sua atenção durante todo o tempo de forma que ela não se dispersasse.

Schwartzman (1999) diz que a criança com Síndrome de Down não desenvolve estratégias para tomar decisões e ter autonomia na realização das atividades, mas que isso vai se constituindo com o tempo à medida que vai amadurecendo. Portanto, Estrela apresentava avanços conforme suas potencialidades e à medida que ia sendo instigada ao trabalho proposto, conseguia aprender.

A professora Y usava alguns jogos e materiais adaptados por ela mesma para proporcionar a leitura pela aluna, mas na maioria das vezes utilizava os mesmos recursos dos outros alunos. A professora não teve apoio da sala de AEE, que já tinha sido implantada nesse ano, porém, por ser em turno inverso nunca conversava com a professora de AEE.

No questionário sobre as questões que envolvem leitura, interpretação e escrita pela aluna, cinco professores consideram o desenvolvimento da leitura, interpretação e escrita de “Estrela” como satisfatório. Apenas um respondeu que o desenvolvimento não é satisfatório. Portanto, quatro professores percebem avanços na aprendizagem da aluna e dois responderam que não, o que nos leva a refletir sobre as estratégias utilizadas no trabalho com “Estrela” por esses dois professores, já que consideram que a adolescente não está progredindo em sua aprendizagem. Aqui também cabe salientar que cada pessoa tem suas preferências, suas peculiaridades e limitações, essa resposta negativa ao desenvolvimento de “Estrela” pode ser associada à sua preferência ou dificuldade entre uma disciplina ou outra.

Sobre as metodologias utilizadas para apropriação do conhecimento com “Estrela”, a professora A diz que prefere trabalhar com mapas e imagens usando cores diversas, assim como atividades práticas e variadas. Já a professora B utiliza material concreto sempre que possível em suas aulas. A professora C diz que usa a metodologia de acordo com o desenvolvimento de “Estrela”, conforme o que ela consegue. As outras professoras D, E e F não utilizam metodologia específica com “Estrela”, sendo que a professora E revela “não tenho preparo para tal”. Para Beyer (2005) educar é confrontar-se com a diversidade, por isso penso que um professor que conhece bem o propósito das legislações, dificilmente aceitaria trabalhar com a homogeneidade, pois sabe que tanto na sala de aula como na vida todos os seres humanos são diferentes.

Na questão sobre o apoio do professor de AEE, cinco professores responderam que recebem apoio, sendo que um professor deixou a questão em branco. Contudo, apenas a professora A revela que conversa com a professora de AEE para saber sobre o desenvolvimento da adolescente, o que revela que o trabalho dos professores não está sendo complementado com o apoio do AEE.

Quando questionados sobre o desempenho de “Estrela” na escrita, a maioria dos professores marcou o item satisfatório, mas sabemos que a aluna escreve muito pouco nas aulas, portanto, podemos observar que eles desconhecem as potencialidades e dificuldades da aluna, somente a tutora mesmo é que tem contato direto com “Estrela”.

A mãe de “Estrela” acredita que o atendimento na sala de AEE não teve muita influência na aprendizagem de “Estrela”, ela diz que as atividades eram pouco atrativas para a menina.

. O decreto 7611/11 (BRASIL, 2011) traz em sua proposta o atendimento educacional especializado como um suporte que integra a proposta pedagógica da escola através de atividades que complementem o trabalho do professor em sala de aula. Contudo, é visível que as atividades realizadas pela aluna na sala de AEE não acrescentam em nada para sua aprendizagem.

“Estrela” era atendida também no Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), conforme a mãe; lá ela aprendeu muito, foram notáveis seus avanços, era acompanhada pela psicopedagoga, psicomotricista e fonoaudióloga, hoje não é mais atendida por falta de vagas. A mãe de “Estrela” conta que sempre percebeu avanços na aprendizagem da filha, mesmo que em um ritmo mais lento. A escrita de “Estrela”

se desenvolveu a partir do 5º ano, quando ela começou a ser acompanhada pela tutora, como tinha muito conteúdo, a tutora copiava e a mãe ajudava “Estrela” a completar as atividades em casa e fazia com que a menina escrevesse.

Ainda conforme a mãe, “Estrela” tem tempo estendido para realizar as provas, e a professora de Matemática prepara a prova com a letra ampliada e menos extensa e também pensa que poderiam proporcionar mais atividades de leitura para que “Estrela” praticasse em casa e pudesse apresentar aos colegas, porque conforme a tutora, a menina fica envergonhada quando a professora pergunta se ela quer ler.

Portanto, é possível perceber que a maioria dos professores utiliza as mesmas estratégias que dos outros alunos da turma para o trabalho com “Estrela”, sua leitura é fluente, mas tem a condição de ficar retraída, o que não é visto quando a leitura não é obrigatória. Sua interpretação de texto é muito limitada, pois a adolescente, assim como os outros alunos da turma têm muito pouco tempo para a resolução de atividades, isso foi comprovado através das observações de aula de Língua Portuguesa. A escrita de “Estrela” é lenta e não lhe são oferecidas atividades para o desenvolvimento da escrita em sala de aula, já que a monitora é a escriba. “Estrela” gosta de escrever, pois leva um caderno para a aula e escreve, no seu ritmo, sendo que isto não é aproveitado pelos professores para o desenvolvimento de escrita da aluna.

A professora LP revela que proporciona à hora de leitura para toda a turma, na qual cada aluno lê um trecho de determinado texto. Nesta atividade a professora LP observa que “Estrela” participa, mas fica bastante envergonhada durante essa prática por isso seu tom de voz é muito baixo.

Na escrita, a tutora copia todas as atividades e vai dialogando com a aluna e as duas vão realizando estas, quando questionada sobre os momentos de escrita pela aluna em sala de aula, a professora diz que eles não acontecem, pois “Estrela” escreve muito devagar e não consegue acompanhar a turma. Questionei a professora LP sobre o momento de resolução de atividades, se não seria interessante utilizar essa hora para propiciar a escrita para “Estrela”, já que a mesma escreve, mesmo que seja lentamente, assim obtive a resposta: “Não, porque senão demora muito para escrever, é muito lenta, no caso a escrita dela e não tem como esperar, porque o professor não tem tempo”. (Professora LP, entrevista 2016)

Sobre as estratégias para proporcionar a escrita, observei que a professora ficou confusa e demorou para responder, depois disse que a escrita seria propiciada

talvez no momento em que a aluna vai ao quadro marcar o X na resposta certa, depois lembrou das produções de texto que a aluna realiza e disse que não tem muito como avaliar a aluna na escrita porque ela é muito lenta.

Com isto, é notável que a professora não proporciona atividades para que a aluna possa aprimorar a escrita, mesmo sabendo que a pessoa com Síndrome de Down tem dificuldades nessa tarefa devido a questão motora, penso que esse momento deveria ser propiciado à aluna, pois em se tratando de inclusão, ela tem os mesmos direitos que os demais da turma.

Para Mantoan (2006), o aluno precisa ser visto como alguém que pode se desenvolver sem pensar nas diferenças, as dificuldades encontradas não podem restringir a aprendizagem, mas devem ser reconhecidas a fim de encontrar as soluções.

A professora pensa que se conseguisse fazer com que “Estrela” lesse mais teria um aproveitamento melhor das aulas, mas pontua que depende do aluno tomar o gosto pela leitura e isso não depende do professor.

A professora diz que usa a mesma metodologia dos outros alunos com “Estrela”, porque ela consegue acompanhar a turma, tem apoio do AEE e que sempre conversa com a professora sobre o desenvolvimento dos alunos.

A professora LP iniciou a aula dando alguns avisos sobre o planejamento para aquele bimestre e, dizendo “Vamos às questões então, agora é final de ano e vocês têm que acordar né, “Estrela””? (Professora LP, observações, 2016). A menina respondeu que sim.

A professora LP segue passando algumas questões de interpretação de múltipla escolha no quadro e, conversando com “Estrela” perguntou se tinha melhorado, se estava bem, “Estrela” responde que sim. “Estava com saudade das aulas”? (Professora LP, observações, 2016) E “Estrela” diz, “Ah, sim” (Estrela, observações, 2016). “Estrela” esteve duas semanas sem frequentar a escola porque estava doente, com pneumonia, por isso precisou ficar de repouso em casa.

Observei que a professora LP dava mais atenção para “Estrela”. Ela pediu para ver um caderno em que “Estrela” tem alguns nomes escritos, dizendo que ela tem uma letra muito bonita e pergunta “Que nomes são esses”? “Estrela” responde que são os nomes dos namorados. E a professora: “Que lindo! Pior que ela tem uma letra bem bonita né, ela copia tudo, e também dita para a Isis, esses dias eu vi” (Professora LP,

observações, 2016). Entendo que a expressão “pior” utilizada pela professora traz a sua expectativa de que não fosse possível a adolescente ter uma letra legível e bonita.

A tutora copia as atividades do quadro e começa a realizá-las juntamente com “Estrela”. Primeiro a tutora explica todo o enredo do texto (fábula), depois lê as questões e a adolescente escolhe a opção correta, já que a interpretação era de múltipla escolha. Observei que “Estrela” não entendeu as questões de interpretação, tinha algumas palavras que ela desconhecia o significado e a tutora tinha que explicar do que se tratava, ficou bastante confusa na resolução, percebi que a mesma não havia entendido algumas questões. Como se observa “Estrela” sabe ler, então não haveria necessidade de sua tutora ler para ela, a professora não auxiliou “Estrela” em nenhum momento ficando toda a mediação da atividade ao encargo da tutora.

No próximo momento a professora dá início à leitura do texto, em que chama alguns alunos e cada um lê um trecho. Após alguns colegas serem chamados, enfim chama a “Estrela” perguntando se ela quer ler. “Estrela” se aproxima do quadro e fica bem à frente da classe da aluna. “Estrela” demora, fica retraída, mas a tutora auxilia e “Estrela” realiza a leitura em um tom de voz muito baixo que faz com que a maioria da turma não consiga ouvi-la. A professora de LP elogia “Estrela” e diz que o importante é participar e chama outro aluno para concluir a leitura, porém se observa que com os outros alunos a professora mantém a mesma postura, dando ênfase à participação.

A professora LP começa a realizar a correção das atividades, “Estrela” levanta e diz, “LP, eu vou no banheiro” e sai juntamente com a tutora (Estrela, observações, 2016). A professora diz que acha engraçado que a aluna chama os professores pelo nome ao invés de dizer “professora”. Com isto penso, porque será engraçado chamar cada professor pelo nome? Ao invés de usar o termo que não foge dos padrões da escola, será que isto afeta de algum modo a aprendizagem de “Estrela”?

Depois de um tempo, “Estrela” retorna à sala de aula com sua tutora e as duas começam a fazer a correção das atividades. Observei que a maioria dos alunos não havia feito as questões, pois a professora ia questionando-os e os mesmos nada diziam. Assim a professora ia dando as respostas, sem fazer com que os alunos refletissem sobre elas. Nesse momento da aula apenas uma aluna participou comentando uma das questões. Na última questão a professora pediu que “Estrela” marcasse a resposta correta no quadro, sem pedir que lesse a questão. “Estrela” foi

no quadro e marcou com um X na resposta certa e foi bastante elogiada pela professora.

Assim para Mantoan,

Como não me canso de dizer, ensinar atendendo às diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende, entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de se adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber (MANTOAN, 2006, p. 38).

A autora ressalta a importância de um ensino que seja para todos os alunos, sem distinção, sem hierarquia, pois o que realmente importa é que cada aluno aprenda conforme suas condições e interações integrando-se ao meio, um ensino sem cobranças, onde cada um pode ter sua visão e opinião.

Assim, retomo aqui os dizeres de Mantoan (2006), ao pensar que o potencial do aluno deve ser explorado aproveitando suas limitações lançando os desafios para que consiga superar obstáculos.

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo de ensino, como comumente se deixa que aconteça. (MANTOAN, 2006. p. 38)

Cabe então, ao professor reconhecer nas limitações dos alunos o ponto de partida para lhes proporcionar novos desafios a fim de consagrar uma aprendizagem que valha a pena, sem olhar o aluno através de suas dificuldades.

Ainda para Mantoan (2006), o professor precisa superar o sistema tradicional pensando no que vai ensinar e como vai ensinar, para que o aluno cresça e se desenvolva. O que se observou na pesquisa é que não só “Estrela” estava alienada naquela aula de Língua Portuguesa, mas todos os alunos pareciam não entender o que a professora dizia. Os alunos ficaram quietos, ouvindo a professora sem dizer nada, sem dar opinião nenhuma sobre o texto, porque as questões eram de múltipla escolha. Por que alguém deveria ter opinião própria naquela turma? Mesmo que algum aluno quisesse, não teria tempo, pois na correção a professora ia logo dando as respostas, sem ao menos ouvir os alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer minhas conclusões sobre este trabalho retomo aqui o objetivo principal desta pesquisa que é investigar quais práticas pedagógicas são realizadas pelos professores para a aprendizagem de leitura e escrita pelo aluno com Síndrome de Down, percebendo isto por meio dos objetivos: observar as estratégias utilizadas pelos professores de Língua Portuguesa no trabalho com leitura e escrita, identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e pela aluna com Síndrome de Down para inclusão de alunos com Síndrome de Down, conhecer como acontece a aquisição do conhecimento e a apropriação da escrita pelo aluno com Síndrome de Down.

Atualmente é possível reconhecer que a criança com Síndrome de Down, apesar de suas limitações, consegue aprender como qualquer criança, desde que incentivada para isso.

Acredito que a maior barreira existente ainda é a atitudinal, isto é, o medo e a indisposição do professor de se aventurar em novos desafios para o aprender e também de se desapegar dos métodos arcaicos de ensino.

Após a análise dos dados coletados, é possível perceber que “Estrela” é uma aluna com Síndrome de Down que pode ter dificuldade na alfabetização e aprendizagem em geral, isto pode ser justificado, na maioria das vezes pelo comprometimento da atenção e falta de iniciativa, pois conforme os depoimentos das professoras dos anos iniciais, “Estrela” somente conseguia realizar o que lhe era proposto quando tinha alguém junto com ela e chamando sua atenção o tempo todo. Aqui é de fundamental importância salientar a necessidade do acompanhamento da tutora na mediação do trabalho com “Estrela”, pois o professor geralmente tem turmas muito grandes e, muitas vezes, não consegue dar a atenção e fazer a mediação necessária com seu aluno com necessidades educacionais especiais, o que é comum causar certa frustração como no caso das professoras dos anos iniciais.

A principal queixa das professoras dos anos iniciais é de não conseguirem dar à “Estrela” a atenção que ela necessitava, pois eram sozinhas e possuíam turmas consideravelmente grandes. A professora X não contava com apoio da sala de AEE e na escola não havia classe especial. A professora Y também não recebia apoio

nenhum apoio, pois o AEE não dava o suporte necessário, já que as professoras nunca conversavam por trabalharem em turno inverso.

Mesmo as professoras de “Estrela” manifestando sentirem-se frustradas ao lembrarem-se dessa experiência, com carência de recursos, com a falta de preparo e de formação, com a sensação de impotência e de que poderiam ter feito muito mais, posso perceber que havia progressos na alfabetização de “Estrela”. Este esforço e vontade das professoras pode ser aliado ao estímulo que a aluna tinha por parte da família, o que é fundamental no trabalho do professor com qualquer aluno.

Durante os anos iniciais as atividades realizadas com “Estrela”, na maioria das vezes eram as mesmas que as professoras utilizavam com os outros alunos e ela conseguia acompanhar a turma, desde que estivesse com alguém a incentivando.

Acredito ser de suma importância salientar que as professoras de “Estrela”, durante os anos iniciais, não tomavam a escrita como prioridade no trabalho. A escrita era realizada conforme as condições de “Estrela”. As professoras tomaram como principal objetivo, pelo que pude perceber, a busca da apropriação da leitura pela aluna e, isto fez com que “Estrela” tivesse grande aproveitamento nos anos iniciais, já que as atividades eram mais lúdicas e voltadas à leitura como prioridade. Considero então, o que diz Beyer (2005), segundo o qual o professor deve explorar as possibilidades do seu aluno, pensando em cada um com sua singularidade.

Durante vários momentos da entrevista foi possível perceber que a professora não sabia responder as questões sobre o desenvolvimento de “Estrela”, quando questionada sobre os momentos de escrita da aluna, a professora no primeiro momento não soube o que dizer, depois falou que a escrita da aluna acontecia como na hora em que marcou um X na resposta certa no quadro verde, no dia em que eu observava a aula. Depois disse que a aluna produzia textos, que avaliava a escrita nas produções textuais da aluna.

A professora diz não haver tempo para avaliar a escrita de “Estrela” na sala de aula, já que sua escrita é muito lenta.

Mesmo que o aluno com Síndrome de Down tenha dificuldades em relação à escrita, devido à própria situação da motricidade e hipotonia muscular, penso que o professor precisa sempre desafiar o aluno para que avance cada vez mais, por isso a escrita poderia ser mais incentivada a esta aluna.

O que se pode concluir, conforme os dados coletados, é que “Estrela” é assistida e orientada, na maior parte do tempo somente pela tutora, tendo pouco

contato com os professores, pois estes muitas vezes nem sabem como está o desenvolvimento e aprendizagem da aluna.

As oportunidades de leitura para a aluna em sala de aula são propiciadas sempre perguntando se ela quer ler, ao invés de dizer, agora é sua vez de ler. Acredito que qualquer aluno que tivesse com uma professora parada na sua frente perguntando se este quer ler, causaria certo constrangimento, por que somente “Estrela” pode optar em ler ou não?

O que foi possível observar é que “Estrela” muito pouco interage nas aulas, embora tenha potencial para isto, nota-se que os professores estão bastante desinformados sobre o desenvolvimento da aluna. Já que “Estrela” fica quieta escrevendo em seu caderno (que não é o da aula) sem incomodar, sem chamar o professor, já que tem a tutora particular que exerce o papel de professora e isto é muito cômodo para quem planeja sua aula de reprodução de conteúdo sem pensar no que vai ensinar e no que o aluno quer e precisa aprender.

Para Carvalho (2000) a aprendizagem depende da condição individual de cada aluno, seja com deficiência ou não a escola sempre deve levar em consideração a diversidade de sua clientela, por isso seu propósito principal deve ser o de desenvolver as competências e habilidades do aluno, ou seja, de forma que sirva para a sua vida. O que pude perceber é que as práticas utilizadas pelos professores para possibilitar a aprendizagem de leitura e escrita pelo aluno com Síndrome de Down estão muito aquém do que se espera, pois quase não são oferecidas estratégias para o desenvolvimento das dificuldades que “Estrela” apresenta, como, por exemplo, o desenvolvimento da escrita, que pode ser explorado, pois a adolescente gosta de escrever.

Com isto é possível chegar à conclusão que “Estrela”, uma adolescente que tem aspirações para seu futuro, como qualquer adolescente de sua faixa etária, precisa que a escola se proponha a lhe abrir novos horizontes para sua autonomia, essa estrelinha que parece tão inatingível, mas está ali naquela classe bem à frente da sala de aula, com sua tutora, pronta para desvendar novos caminhos através do conhecimento, e o que lhe faz falta é um rumo e este rumo é um professor que não tenha medo de se desapegar dos métodos arcaicos para seguir com esta aluna e sua turma na busca da construção dos saberes para a vida.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BEYER, Otto Hugo. **Inclusão e Avaliação na Escola**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Revista da Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n. 9.394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em:  
<[conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/cieh/doc/Decreto\\_3298\\_20\\_12\\_99.doc](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/cieh/doc/Decreto_3298_20_12_99.doc)>  
Acesso em: 3 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015**. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>Estatuto da pessoa com deficiência> Acesso em: 03 mai. 2016.

- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2011.
- CARVALHO, Rosita E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CARVALHO, Rosita E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2007.
- FERREIRO, Emília; Teberosky, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.
- GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.
- GOOD, W. J. & HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3ªed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- QUINTANA, Mario. **O aprendiz de feiticeiro seguido de Espelho mágico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim **Educação Especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. Vol. 12. Bauru, 2008.

SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** In: Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002.

SCHWARTZMAN, J.S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

SOARES, Magda. **Aprender a escrever, ensinar e escrever.** Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. 2007.

VYGOTSKY, L.V. **Pensamento e linguagem.** 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, (1996)

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1



#### LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

DISCENTE: TENELY CRISTINA FROEHLICH  
DOCENTE: PROF<sup>a</sup>DR<sup>a</sup> CLAUDETE DA SILVA LIMA MARTINS

AS QUESTÕES A SEGUIR FAZEM PARTE DE UMA ENTREVISTA PARA COLETA DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DENOMINADA “ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS”, CUJO OBJETIVO É ANALISAR QUAIS PRÁTICAS SÃO REALIZADAS PELO PROFESSOR PARA POSSIBILITAR A APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN, EM ESPECIAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.

NOME DO PROFESSOR (A):  
ANO EM QUE ATUA:  
DATA:

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-PROFESSORES:

- QUAL É SUA FORMAÇÃO? EM QUE ANO ESTRELA FOI SUA ALUNA?
- QUANTO TEMPO A SENHORA TEM DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO?
- O QUE A SENHORA ENTENDE POR INCLUSÃO?
- COMO A SENHORA AVALIA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR?
- COMO FOI O PROCESSO DE INCLUSÃO DA ALUNA “ESTRELA”?

#### INTERAÇÃO/SOCIALIZAÇÃO

- COMO FOI SEU PRIMEIRO CONTATO COM A ALUNA?
- COMO ACONTECIA O TRABALHO COM A ALUNA EM SALA DE AULA?
- COMO ERA SEU RELACIONAMENTO COM A ALUNA?
- COMO ERA O RELACIONAMENTO DE “ESTRELA” COM A TURMA?
- “ESTRELA” INTERAGIA COM OS COLEGAS? COMENTE.

#### DIFICULDADES

- QUAIS DIFICULDADES FORAM ENCONTRADAS NO TRABALHO COM “ESTRELA”?
- QUAIS ERAM AS DIFICULDADES RELACIONADAS AO TRABALHO DE LEITURA?
- QUAIS ERAM AS DIFICULDADES RELACIONADAS À ESCRITA?

### **APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA**

- QUAIS ESTRATÉGIAS ERAM UTILIZADAS PARA PROPICIAR A APRENDIZAGEM DA LEITURA PARA A ALUNA EM SALA DE AULA?
- COMO FOI A AQUISIÇÃO DA LEITURA PELA ALUNA EM SUAS AULAS? HAVIAM DIFICULDADES? SE SIM, QUAIS? EXPLIQUE.
- DE QUE FORMA ERA PROPICIADA A ESCRITA PARA A ALUNA?
- A ALUNA PARTICIPAVA DE ATIVIDADES DE LEITURA E PRÁTICAS DE ORALIDADE JUNTAMENTE COM SUA TURMA? DE QUE FORMA ISSO ERA CONDUZIDO?

### **PLANEJAMENTO/RECURSOS**

- A SENHORA USAVA ALGUMA METODOLOGIA ESPECÍFICA COM ESSA ALUNA?
- A SENHORA RECEBIA APOIO DA SALA DE RECURSOS NO TRABALHO COM “ESTRELA”?
- A SENHORA RECEBIA ALGUMA ORIENTAÇÃO OU SUPORTE PARA TRABALHAR COM “ESTRELA”? SE SIM, QUAL? SE NÃO, POR QUAL RAZÃO?
- A SENHORA UTILIZAVA ALGUM RECURSO/MATERIAL ADAPTADO PARA “ESTRELA” EM SUAS AULAS? SE SIM, QUAL (IS)? SE NÃO, POR QUAL RAZÃO?

### **POTENCIALIDADES**

- COMO A SENHORA DESCREVERIA “ESTRELA”?
- TEM ALGUMA SITUAÇÃO VIVIDA PELA ALUNA EM SALA DE AULA QUE A SENHORA DESTACARIA?.

- A SENHORA PERCEBIA AVANÇOS NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA DE “ESTRELA” EM SUAS AULAS?
- O QUE PODERIA TER FEITO PARA QUE A ALUNA TIVESSE UM APROVEITAMENTO MELHOR DAS AULAS?

## APÊNDICE 2



### LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

ESTE QUESTIONÁRIO É UM INSTRUMENTO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO “ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS”, REALIZADO PELA DISCENTE TENELY CRISTINA FROEHLICH, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA CLAUDETE DA SILVA LIMA MARTINS, TENDO COMO OBJETIVO PRINCIPAL ANALISAR QUAIS PRÁTICAS SÃO REALIZADAS PELO PROFESSOR PARA POSSIBILITAR A APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN, EM ESPECIAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. .

**EM CADA QUESTÃO MARQUE APENAS UMA RESPOSTA, OU SEJA, AQUELA QUE MELHOR CORRESPONDA ÀS PRÁTICAS DE ENSINO E CONDIÇÕES VIVENCIADAS POR VOCÊ.**

**NOME DO PROFESSOR(A):**

**DISCIPLINA EM QUE ATUA:**

**DATA:**

#### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES ATUAIS:

- DISCIPLINA EM QUE ATUA:
  - QUAL É SUA FORMAÇÃO?
  - COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR ATUALMENTE?
1. COMO É SEU RELACIONAMENTO COM “ESTRELA”?  
( ) BOM.( )REGULAR.( )RUIM.
  2. COMO É O TRABALHO COM “ESTRELA”?  
( )SATISFATÓRIO. ( )REGULAR.( ) NÃO SATISFATÓRIO.
  3. A ALUNA PARTICIPA E INTERAGE EM SUAS AULAS?  
( ) NÃO.( )SIM. ( ) ÀS VEZES.
  4. VOCÊ ENCONTRA DIFICULDADES NO TRABALHO COM “ESTRELA”?  
( ) NÃO.( )SIM. ( ) ÀS VEZES.
  5. COMO É A SOCIALIZAÇÃO DA ALUNA COM A TURMA?

PARTICIPA E INTERAGE.  NÃO PARTICIPA.

6. TEM ALGUMA SITUAÇÃO VIVIDA PELA ALUNA, DURANTE ESTE ANO, EM SUAS AULAS QUE VOCÊ ACHA IMPORTANTE DESTACAR?

SIM.  NÃO.

SE SIM, QUAL?

7. VOCÊ USA ALGUMA METODOLOGIA ESPECÍFICA COM ESSA ALUNA?

SIM.  NÃO.

SE SIM, QUAL? SE NÃO, POR QUAL RAZÃO?

8. VOCÊ RECEBE APOIO DA SALA DE RECURSOS NO TRABALHO COM “ESTRELA”?

SIM.  NÃO.

SE SIM, QUAL? SE NÃO, POR QUAL RAZÃO?

9. RECEBE ALGUMA ORIENTAÇÃO OU SUPORTE PARA TRABALHAR COM “ESTRELA”?

SIM.  NÃO.

SE SIM, QUAL? SE NÃO POR QUAL RAZÃO?

10. NAS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM LEITURA E INTERPRETAÇÃO, O DESEMPENHO DA ALUNA É CONSIDERADO:

SATISFATÓRIO.  NÃO SATISFATÓRIO.

11. QUANTO ÀS ATIVIDADES QUE ENVOLVEM ESCRITA, O DESENVOLVIMENTO DE “ESTRELA” PODE SER CONSIDERADO:

SATISFATÓRIO.  NÃO SATISFATÓRIO.

12. VOCÊ PERCEBE AVANÇOS NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE “ESTRELA” EM SUAS AULAS?

SIM.  NÃO.

13. O QUE PODERIA SER FEITO PARA QUE A ALUNA TIVESSE UM APROVEITAMENTO MELHOR DAS SUAS AULAS?

### APÊNDICE 3



DISCENTE: TENELY CRISTINA FROEHLICH  
DOCENTE: PROF<sup>a</sup>DR<sup>a</sup> CLAUDETE DA SILVA LIMA MARTINS

AS QUESTÕES A SEGUIR FAZEM PARTE DE UMA ENTREVISTA PARA COLETA DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DENOMINADA “ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS”, CUJO OBJETIVO É ANALISAR QUAIS PRÁTICAS SÃO REALIZADAS PELO PROFESSOR PARA POSSIBILITAR A APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN, EM ESPECIAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.

NOME DA MÃE:  
PROFISSÃO:  
DATA:

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A MÃE:**

- COMO FOI O INGRESSO DE “ESTRELA” NA ESCOLA?
- COM QUAL IDADE ELA INGRESSOU NA ESCOLA?

QUAL TIPO DE ESCOLA?

- A SENHORA ENFRENTOU DIFICULDADES PARA GARANTIR O INGRESSO DE SUA FILHA NA ESCOLA? SE SIM QUAIS?
- COMO FOI O DESENVOLVIMENTO DE “ESTRELA” NA ESCOLA, QUANTO: A PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES, A APRENDIZAGEM, A LEITURA, A ESCRITA, ENFIM SEU PERCURSO ESCOLAR?
- NA ESCOLA “ESTRELA” RECEBE ALGUM TIPO DE APOIO E/OU ATENDIMENTO DIFERENCIADO? QUAL? DESCREVA:
- OS PROFESSORES REALIZAVAM ALGUM TIPO DE ATIVIDADE PARA AUXILIAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE “ESTRELA”, POR EXEMPLO, ADAPTAÇÃO DE MATERIAL, HORÁRIO DE ATENDIMENTO ESPECÍFICO, TEMPO ESTENDIDO PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES?
- DE QUE FORMA VOCÊ PARTICIPA DA VIDA ESCOLAR DE “ESTRELA”?

- QUAIS ATIVIDADES OU APOIOS A SENHORA ACREDITA QUE OS PROFESSORES E A ESCOLA DEVERIAM REALIZAR PARA CONTRIBUIR NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA DE “ESTRELA”?

## APÊNDICE 4



### LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

DISCENTE: TENELY CRISTINA FROEHLICH

DOCENTE: PROF<sup>a</sup>DR<sup>a</sup> CLAUDETE DA SILVA LIMA MARTINS

AS QUESTÕES A SEGUIR FAZEM PARTE DE UMA ENTREVISTA PARA COLETA DE INFORMAÇÕES DA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DENOMINADA “ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS”, CUJO OBJETIVO É ANALISAR QUAIS PRÁTICAS SÃO REALIZADAS PELO PROFESSOR PARA POSSIBILITAR A APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN, EM ESPECIAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA.

NOME DO PROFESSOR (A):

DISCIPLINA EM QUE ATUA:

DATA:

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA:**

- QUAL É SUA FORMAÇÃO?
- QUANTO TEMPO A SENHORA TEM DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO?
- A SENHORA POSSUI ALGUM CURSO DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA INCLUSÃO?
- O QUE A SENHORA ENTENDE COMO INCLUSÃO ESCOLAR?
- COMO A SENHORA AVALIA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR?
- QUANTOS ALUNOS TEM NA SALA DE AULA DE “ESTRELA”?
- ALÉM DE “ESTRELA”, TEM MAIS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NESSA TURMA?

#### **INTERAÇÃO/SOCIALIZAÇÃO**

- COMO FOI SEU PRIMEIRO CONTATO COM “ESTRELA”?
- COMO É O TRABALHO COM A ALUNA EM SALA DE AULA?
- QUAIS DIFICULDADES SÃO ENCONTRADAS NO TRABALHO COM “ESTRELA”?

- QUAIS DESAFIOS SÃO ENCONTRADOS EM SEU TRABALHO DIÁRIO?
- COMO A SENHORA DESCREVERIA “ESTRELA”?
- COMO É A SOCIALIZAÇÃO DA ALUNA COM A TURMA?
- COMO É O SEU RELACIONAMENTO COM A ALUNA?

### **PLANEJAMENTO/RECURSOS**

- A SENHORA USA ALGUMA METODOLOGIA ESPECÍFICA COM ESSA ALUNA?
- A SENHORA UTILIZA ALGUM MATERIAL/RECURSO ADAPTADO PARA “ESTRELA”? SE SIM, QUAL(IS)? SE NÃO, POR QUAL RAZÃO?
- A SENHORA RECEBE APOIO DA SALA DE RECURSOS NO TRABALHO COM “ESTRELA”? SE SIM, QUAL TIPO DE APOIO? DE QUE FORMA ELE OCORRE?
- A SENHORA RECEBE ALGUMA ORIENTAÇÃO OU SUPORTE PARA TRABALHAR COM “ESTRELA”? SE SIM, COMO E DE QUEM? SE NÃO, POR QUAL RAZÃO? EXPLIQUE:

### **POTENCIALIDADES**

- A SENHORA PERCEBE AVANÇOS NO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DE “ESTRELA” EM SUAS AULAS?
- TEM ALGUMA SITUAÇÃO VIVIDA PELA ALUNA EM SALA DE AULA OU NA ESCOLA, DURANTE ESTE ANO QUE A SENHORA DESTACARIA?

### **LEITURA E ESCRITA**

- A ALUNA INTERAGE E PARTICIPA DAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA? SE SIM, DÊ EXEMPLOS.
- COMO É A LEITURA DE “ESTRELA” NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?
- COMO É A ESCRITA DE “ESTRELA” NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA? E NA RESOLUÇÃO DAS ATIVIDADES NO CADERNO, NESSA HORA ELA NÃO ESCREVE?
- DE QUE FORMA SÃO PROPICIADAS AS ATIVIDADES DE LEITURA PARA A ALUNA EM SUAS AULAS?

- DE QUE FORMA SÃO REALIZADAS AS ATIVIDADES DE ESCRITA PARA A ALUNA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?
- QUAIS ESTRATÉGIAS SÃO UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA DA ALUNA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?
- QUAIS ESTRATÉGIAS SÃO UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DA ALUNA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?

### **DIFICULDADES**

- QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS POR “ESTRELA” PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA, NA SUA OPINIÃO?
- NA SUA PERSPECTIVA, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS DIFICULDADES PELA ALUNA NO DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA?
- O QUE PODE SER FEITO PARA QUE A ALUNA TENHA UM APROVEITAMENTO MELHOR NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA?

## APÊNDICE 5



### - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EU, TENELY CRISTINA FROEHLICH, GRADUANDA DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA, CAMPUS BAGÉ, ESTOU REALIZANDO UMA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, POR MEIO DE UM ESTUDO DE CASO, CUJO OBJETIVO É ANALISAR QUAIS PRÁTICAS SÃO REALIZADAS PELO PROFESSOR PARA POSSIBILITAR A APRENDIZAGEM DE UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN, EM ESPECIAL NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, NA REDE REGULAR DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO. ESTE ESTUDO TEM O INTUITO DE REFLETIR SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR ATUAL, ANALISANDO SE ESTAS SÃO FAVORÁVEIS À PROMOÇÃO E AO PLENO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO NO PROCESSO DE INCLUSÃO.

CONSTAM DA PESQUISA OBSERVAÇÕES DE AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, ENTREVISTA (GRAVADA EM ÁUDIO) COM PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS DEMAIS PROFESSORES. PARA ISSO, SOLICITO A AUTORIZAÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO.

INFORMO AINDA QUE O USO POSTERIOR DE REGISTRO DESSAS OBSERVAÇÕES E DAS ENTREVISTAS SERÁ RESTRITO AO ESTUDO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, TENDO-SE O CUIDADO ÉTICO DE NÃO REVELAR NOMES E/OU LOCAL ONDE O ALUNO ESTUDA.

DESDE JÁ AGRADEÇO POR SUA COLABORAÇÃO E INTERESSE PELA REFERIDA PROPOSTA DE PESQUISA.

---

RESPONSÁVEL PELA ESCOLA

BAGÉ/RS \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2016.

## APÊNDICE 6



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EU, \_\_\_\_\_,  
 RG: \_\_\_\_\_, NASCIDO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ E  
 DOMICILIADO \_\_\_\_\_ À  
 \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, MUNICÍPIO DE  
 \_\_\_\_\_.

DECLARO QUE CONSINTO EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO DA PESQUISA ENCURTANDO CAMINHOS NA CONQUISTA DAS ESTRELAS, SOB A RESPONSABILIDADE DA ACADÊMICA TENELY CRISTINA FROEHLICH. DECLARO QUE FUI SATISFATORIAMENTE ESCLARECIDO QUE: A) O ESTUDO SERÁ REALIZADO A PARTIR DE ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES; B) QUE NÃO HAVERÁ RISCO PARA MINHA SAÚDE; C) QUE POSSO CONSULTAR A ACADÊMICA PARA MAIS ESCLARECIMENTOS A QUALQUER HORA; D) QUE ESTOU LIVRE PARA EM QUALQUER MOMENTO DEIXAR DE PARTICIPAR DA PESQUISA SEM PRECISAR APRESENTAR JUSTIFICATIVAS; E) QUE TODAS AS INFORMAÇÕES POR MIM FORNECIDAS E OS RESULTADOS OBTIDOS SERÃO MANTIDOS EM SIGILO E QUE, ESTES ÚLTIMOS, SÓ SERÃO UTILIZADOS PARA DIVULGAÇÃO EM REUNIÕES E REVISTAS CIENTÍFICAS SEM A MINHA IDENTIFICAÇÃO; F) QUE SEREI INFORMADO DE TODOS OS RESULTADOS OBTIDOS, INDEPENDENTEMENTE DO FATO DE MUDAR MEU CONSENTIMENTO EM PARTICIPAR DA PESQUISA; G) QUE NÃO TEREI QUAISQUER BENEFÍCIOS OU DIREITOS FINANCEIROS SOBRE OS EVENTUAIS RESULTADOS DECORRENTES DA PESQUISA; H) QUE ESTA PESQUISA É IMPORTANTE PARA QUE O PROFESSOR POSSA REFLETIR E ANALISAR SUAS PRÁTICAS, DANDO ÊNFASE AO APRENDIZADO PELO ALUNO. ASSIM, CONSINTO EM PARTICIPAR DO PROJETO DE PESQUISA EM QUESTÃO.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2016.

\_\_\_\_\_  
 VOLUNTÁRIO

\_\_\_\_\_  
 ACADÊMICA

